



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 638 - DE 30 DE MAIO A 13 DE JUNHO DE 2021 - R\$ 4,00

29 DE MAIO

Dia Nacional de Mobilização

Que as centrais, sindicatos e movimentos concentrem a luta dos explorados em defesa dos empregos, salários, direitos e vacina universal!

Que o Dia de Mobilização sirva para as centrais convocarem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, convocação de assembleias e constituição de comitês de luta!



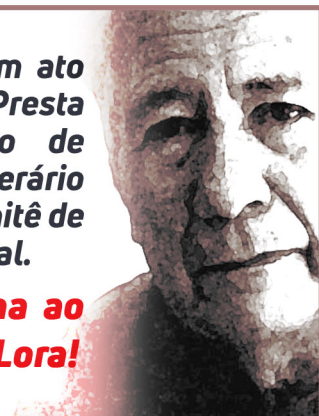
**Lições da
Comuna de Paris**

Março / Maio de 1871



O Partido Operário Revolucionário realiza um ato pelos 150 anos da Comuna de Paris. Presta homenagem aos 12 anos do falecimento de Guilherme Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia e organizador do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Viva a Comuna de Paris! Memória Eterna ao marxista-leninista-trotskista Guilherme Lora!



Somente a luta organizada dos explorados poderá defender a vida dos pobres, miseráveis e famintos

Um ano e três meses de Pandemia mais do que provou que a passividade da classe operária e dos demais trabalhadores é o seu principal inimigo. As centrais, sindicatos e movimentos, ao abrirem mão da luta organizada, e se refugiarem no mundo virtual, deixaram a maioria oprimida indefesa. As direções sindicais e políticas desarmaram – ideológica, política e organizativamente – a classe operária, sob a justificativa dos perigos da contaminação e da defesa da vida. O fato mais contundente se observa no fechamento das portas dos sindicatos.

Os trabalhadores não tinham a quem e a que recorrer. Ficaram e ainda ficam à mercê das disputas políticas entre Bolsonaro e Doria. Permaneceram inertes durante tanto tempo, à espera de que a Pandemia fosse contida, as mortes diminuídas e o sofrimento coletivo arrefecido. Foram obrigados a confiar na eficácia do isolamento social, e a esperar a vacinação. Resultado: Pandemia descontrolada, hospitais abarrotados, remédios em falta, 460 mil mortes, milhões de famílias afundadas no flageolo.

Essas duras consequências sanitárias se combinam e se somam ao assombroso desemprego e subemprego. A onda de demissões potencializou o trabalho informal. Os ganhos dos assalariados despencaram. Resultado: a força de trabalho do país passou por mais um período de mutilação, a miséria avançou, e a fome se agigantou.

Desde a Pandemia de 1918, provocada pela gripe espanhola, o Brasil não era sacudido por uma combinação tão catastrófica. As massas pobres e miseráveis da população se viram repentinamente, desde o início de março de 2020, arrastadas por um turbilhão de golpes sobre golpes, sem terem como se defender. As massas pobres e miseráveis, no entanto, formam uma poderosa força social. Basta que estejam organizadas pelos sindicatos, assembleias, comitês de base e movimentos, e orientados por uma direção classista e revolucionária. As massas em luta se defendem contra os males do capitalismo em decomposição.

A Pandemia e seu descontrole são reflexos do apodrecimento do regime burguês de exploração do trabalho e de acumulação crescente de capital. Eis por que somente as massas em movimento, sob a direção do proletariado, eram e são a única força social capaz de defender a si própria. Teriam de ganhar as ruas nos primeiros sintomas da Pandemia. Mas, dependiam de uma direção com consciência de classe elevada, munida de um programa proletário, amparada na independência perante a política burguesa, e disposta a enfrentar os capitalistas, os governantes e o imperialismo.

Desgraçadamente, as organizações da classe operária e dos movimentos camponês e popular estão submetidas a uma direção adaptada ao capitalismo, e subordinada às instituições estatais da burguesia. O primeiro sinal de que deixariam o destino das massas em mãos dos governantes e dos capitalistas foi dado com a suspensão do Dia Nacional de Luta, de 18 de março de 2020. As direções das centrais mal sabiam a dimensão da catástrofe que atingiria as massas, e correram a erguer a bandeira do “fique em casa”, não se mobilizem, não protestem coletivamente, e aguardem as medidas dos gover-

nantes. E quanto mais a Pandemia tomava conta dos bairros, dos locais de trabalho e da locomoção coletiva, quanto mais cresciam as filas por um leito nas UTIs, e quanto mais trabalhadores morriam, mais os burocratas vendidos à burguesia erguiam a bandeira da passividade coletiva. Mais escondiam a sua responsabilidade, mergulhados nos discursos virtuais. Mais colaboravam com o plano de emergência de Bolsonaro, Congresso Nacional e frente de governadores.

Chegou o 1º de Maio. As centrais, sem exceção, decidiram não convocar manifestações. Os bolsonaristas aproveitaram para ocupar as ruas. Ocorreu o massacre de Jacarezinho, e os burocratas permaneceram nos discursos virtuais em defesa dos pobres, jovens e negros. Somente agora, decidiram realizar o Dia Nacional de Mobilização. Os impostores que se autodefinem “socialistas”, por sua vez, põem a cabeça de fora da toca. Dizem que a situação política mudou. Jogaram fora a muleta da defesa da vida. E retomaram a muleta do Fora Bolsonaro. Burocratas e correntes oportunistas tiram um pé da toca, olham para a luz do dia e descobrem, depois de um ano e três meses, que é preciso contestar nas ruas o governo negacionista e genocida de Bolsonaro.

Durante tanto tempo – tempo em que os pobres e miseráveis se debatiam com a Covid-19 e os trabalhadores perdiam emprego e salário –, bastava contestar o genocida pelas redes sociais. Mas, agora, funciona o teatro da CPI da Pandemia no Congresso Nacional, Bolsonaro despencou nas pesquisas eleitorais, e Lula subiu. Então, é hora de preparar o caminho da disputa eleitoral. Nada melhor do que atacar Bolsonaro, quando setores do grande capital se afastam da ultradireita imbecil, e quando cresce o descontentamento entre os generais, diante da incapacidade do bolsonarismo.

O que mudou para a maioria oprimida? Continua a se debater sob a Pandemia; arcar com a taxa histórica de desemprego; depender do subemprego; sofrer a dor da fome. Não foi o agravamento da barbárie, que levou as direções e os oportunistas de esquerda a saírem da toca, mas sim a possibilidade de potencializar a candidatura de Lula, e constituir uma frente eleitoral ampla. Pretendem derrubar Bolsonaro por meio de levantes operários e populares? Não! Esse caminho, não! Querem pôr em marcha um poderoso movimento nacional pelos empregos, salários e direitos trabalhistas? Não! O que querem é potencializar uma das frações da oposição burguesa, liderada pelo PT. Eis por que o Dia de Mobilização Nacional se realizará sob a estratégia e a política de conciliação de classes. A mesma que auxiliou a burguesia a manter as massas na passividade.

A vanguarda com consciência de classe tem o dever de intervir nesse primeiro sinal de retomada das ações coletivas, em defesa do programa de emergência próprio dos trabalhadores. Permanece em pé a bandeira de convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações, preparadas por assembleias e comitês de base, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.

Manifesto POR Partido Operário Revolucionário**Que a mobilização de 29 de maio sirva para preparar um Dia Nacional de Luta, com a convocação de assembleias, constituição de comitês de base e paralisações, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas;**

Que a retomada do movimento, depois de mais de um ano de passividade, abra caminho para a classe operária, os demais explorados e a juventude oprimida lutarem contra o desemprego, subemprego, redução salarial, pobreza, miséria e fome;

Que combine a bandeira de vacinação a todos, universal, com a luta contra o fechamento de fábricas, demissões e destruição de direitos trabalhistas;

Que a reivindicação de quebra das patentes da produção de vacinas seja apenas um meio para organizar a luta anti-imperialista contra o domínio dos monopólios;

Que se combata o negacionista e genocida Bolsonaro com o programa próprio de emergência dos explorados, impulsionando a luta pelos empregos, salários, direitos, e pela derrubada das contrarreformas antinacionais e antipopulares

As centrais sindicais, movimentos e partidos vinculados ao movimento dos explorados resolveram, tardiamente, romper a sua passividade. Isso, quando a Pandemia já provocou mais de 450 mil mortes. Isso quando o crescimento do desemprego e subemprego agravou a situação de pobreza, fome e miséria de milhões de famílias. Isso, depois de a vacinação ser retardada pela ação de Bolsonaro, e atravancada pelos monopólios farmacêuticos. Isso, depois dessas forças terem se escorado na campanha burguesa filantrópica de distribuição de alimentos, em um mar de miséria e desespero de milhões de pais e mães, confinados em bairros operários, favelas e cortiços.

Isso, depois de Bolsonaro e Congresso Nacional cortarem pela metade o valor do auxílio emergencial, que já era de fome. Isso, depois de milhares de pessoas amanhecerem nas filas dos bancos à espera do minguado auxílio. Isso, depois de diariamente centenas de famílias serem transformadas em moradores de ruas. Isso, depois dos latifundiários, madeireiros e grileiros intensificarem a repressão e a matança de lideranças camponesas, indígenas, ribeirinhas e quilombolas.

Isso, depois de inúmeras provocações golpistas de Bolsonaro e seguidores. Isso, depois do governo e Congresso Nacional aprovarem as privatizações da Eletrobras, Correios e o que resta da Petrobras; e depois da reforma administrativa caminhar para o seu desfecho.

Antes tarde do que nunca, diz o ditado. Não basta, porém, quebrar a passividade! É preciso pôr em pé um poderoso movimento operário, camponês e popular, para recuperar o terreno perdido, e avançar em defesa do programa de emergência da maioria oprimida. Sair da passividade para o ativismo eleitoral significa continuar barrando a luta das massas por suas reivindicações, com seus métodos de ação direta e com a organização independente diante da burguesia, dos governantes e do Congresso Nacional.

Não basta quebrar a passividade! É necessário colocar os sindicatos e as centrais a serviço das necessidades dos trabalhadores, e utilizá-los como organismos da ação da classe operária e dos demais oprimidos. Caso contrário, as direções quebram o jejum de um ano e três meses, apenas para continuar bloqueando o movimento de massa, e canalizar a sua revolta para a politicagem

do Congresso Nacional, oligárquico e controlado pelo “Centrão”, que serve de sustentação ao governo negacionista e genocida de Bolsonaro.

O fechamento das portas dos sindicatos durante a Pandemia e a utilização das centrais para fazer demagogia em torno à defesa da vida da população resultaram no desarmamento ideológico, político e organizativo da classe operária. Desarmamento esse que se passou diante da burguesia e dos governantes, que tripudiaram sobre o flagelo dos explorados, com o dramalhão político dos conflitos entre Bolsonaro e governadores, em torno ao isolamento social.

A tarefa é a de rearmar os explorados, com suas reivindicações e métodos de organização próprios. O ponto de partida está em erguer o movimento pelos empregos, salários, e direitos que vêm sendo destruídos. Aí está o ponto de partida para combater o avanço da barbárie capitalista, que se manifesta na forma mais cruel da miséria e fome. Está aí o ponto de partida para derrubar as contrarreformas trabalhista, previdenciária e administrativa de Temer e Bolsonaro.

O estômago dos famintos é que pode ditar o curso da luta classista e revolucio-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

nária. Todos aqueles que abandonaram a luta pelos empregos, pelo salário mínimo vital, pelo reajuste salarial de acordo com a inflação, pela redução da jornada sem reduzir os salários, e pela estabilidade no emprego, se colocaram do lado da burguesia. Mergulharam na impostura das decisões do Congresso Nacional e da Justiça patronal. Para romper a passividade e a política de colaboração de classes, é imprescindível defender a vida dos explorados, defendendo a força de trabalho, que vem sendo mutilada pelas demissões, pelo subemprego, pela destruição de conquistas trabalhistas, e pelos acordos de flexibilização capitalista do trabalho.

A vanguarda com consciência de classe tem de defender claramente as reivindicações de empregos, salários e direitos trabalhistas, que devem estar na base do programa de emergência do proletariado.

O Partido Operário Revolucionário insiste que esse é o ponto de partida para organizar um movimento verdadeiramente classista, proletário, contra Bolsonaro, a burguesia e o imperialismo. A posição das direções das centrais, de que é preciso eleger um governo que recupere as “políticas públicas” de distribuição de renda e de assistência social aos miseráveis, já foi testada. Posição reformista que desmoronou, chocando-se com as condições estruturais da pobreza, miséria e fome, típicas dos países de economia atrasada, e submetidos aos monopólios imperialistas.

Inúmeras experiências evidenciaram a impossibilidade de reformas estruturais no capitalismo decadente, sob a direção da burguesia interna e o saque imperialista. Basta ver que o reformismo chegou ao poder do Estado, já submetido ao capital financeiro, aos credores da dívida pública, aos latifundiários e às multinacionais. São essas forças

econômicas as responsáveis pela fome estrutural e pelas políticas públicas de qualquer governo. Em determinada situação, podem admitir certas concessões ao assistencialismo de Estado, mas condicionam os seus limites. Em outra, exigem do governo que retroceda nas concessões. É o que o país vivenciou entre o governo Lula/Dilma e o governo golpista de Temer e o governo eleito de Bolsonaro.

O reformismo oculta justamente o caráter estrutural da miséria e fome. Está obrigado a ter essa conduta, por que tem de convencer os pobres, miseráveis e famintos de que suas necessidades serão resolvidas por um governo “popular e

democrático”, que teria o poder de vencer o Congresso Nacional oligárquico a aprovar as políticas públicas, voltadas ao assistencialismo.

A convocatória deste dia 29 de maio está marcada por essa orientação antio-perária, pró-burguesa. Esse é o problema da nova situação que se inicia, com a decisão das centrais de realizarem manifestações presenciais. A vanguarda com consciência de classe tem de defender claramente as reivindicações de empregos, salários e direitos trabalhistas, que devem estar na base do programa de emergência do proletariado.

O Partido Operário Revolucionário chama as correntes e agrupamentos, dispostos a lutar por esse programa, a constituir uma frente prática, de luta, para organizar os explorados no campo da independência de classe. Um passo vem sendo dado nesse sentido. A unidade prática, organizada e disciplinada em defesa das reivindicações fundamentais

dos explorados fortalecerá a linha de combate à burguesia, aos seus governantes e ao imperialismo.

O Partido Operário Revolucionário atua, neste dia 29 de maio, erguendo a seguinte plataforma de luta:

- Emprego a todos, por meio da luta contra as demissões e contra o fechamento de fábricas. Redução da jornada, sem redução dos salários, estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho;
- Diante do fechamento de fábricas e demissões em massas, ocupar, impor o controle operário, e exigir a estatização sem indenização;
- Readmissão de todos os que foram demitidos durante a pandemia. Plano de obras públicas, voltado a criar milhões de empregos. Salário mínimo vital, reajuste de acordo com a alta do custo de vida;
- Derrubar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Recuperar os direitos trabalhistas. Interromper as privatizações e reestatizar as estatais privatizadas. Não pagar a dívida pública;
- Auxílio emergencial no valor de um salário, calculado pelas assembleias, de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora. Um auxílio não menor que o salário mínimo do Dieese;
- Vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. Plano de vacinação, sob a vigilância operária e popular. Quebra das patentes das vacinas e remédios. Expropriação sem indenização dos monopólios farmacêuticos. Intervenção do Estado no sistema privado de saúde, nas indústrias de fabricação de oxigênio e remédios. Controle do SUS, do Instituto Butantan, da Fiocruz e da indústria químico-farmacêutica pela classe operária.

R\$ 15

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

POR

Marxismo

Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial



Lições da Comuna de Paris

Março / Maio de 1871

O que esperar do “Dia de Mobilização Nacional Pelo Fora Bolsonaro”?

Como lutar pelo plano de emergência próprio dos explorados

23 de maio de 2021

As centrais sindicais, a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo, Movimentos e organizações (CMP, MST, UNE, UNMP, MTST) e partidos (PT, PSOL, PCdoB, PSB, PDT, PSTU, Cidadania, Rede, Unidade Popular) se reuniram e chegaram à conclusão de que era preciso “sair às ruas”. Aprovaram “um dia nacional de mobilização pelo Fora Bolsonaro, impeachment já, vacina e auxílio emergencial de R\$ 600,00”. Esse informe da CUT indica uma mudança de atitude das direções sindicais e partidárias, que até o 1º de Maio conservaram a posição de se limitar a discursos virtuais, e a rejeitar a ação direta das massas.

O que mudou, na situação econômica, social e política, para que as centrais, movimentos e partidos decidissem convocar o dia de mobilização nacional para 29 de maio?

A Pandemia percorreu um ano e três meses, sem que essas direções tomassem qualquer medida de quebra da passividade. Estiveram completamente alinhadas à política burguesa do isolamento social, implantada por uma frente de governadores, liderada por Doria. Nesse transcurso, morreram cerca de 450 mil brasileiros, a maioria de pobres e miseráveis. Milhões foram demitidos. O desemprego e o subemprego foram às alturas. A extrema pobreza deu um salto à frente. A fome avançou, nos bairros empobrecidos, nas favelas e nos cortiços. Milhares de fábricas e negócios foram fechados.

Acordos de suspensão de contratos e redução de salários atingiram milhões trabalhadores. Bolsonaro teve todo esse tempo para agir contra a limitada aplicação do isolamento social. Pôde atravancar a compra e a produção interna de vacinas. Juntamente com o Congresso Nacional, reduziu drasticamente o valor do auxílio emergencial, e limitou o número de pessoas necessitadas. Bolsonaro aproveitou, também, para caminhar com as privatizações.

As direções sindicais e políticas reconheceram verbalmente que se tratava de um presidente negacionista e genocida. No entanto, diante dessa catástrofe social e da bancarrota política do governo burguês de plantão, as direções dos sindicatos, centrais e movimentos, bem como dos partidos que, agora, convocam o dia 29, mergulharam no mais profundo imobilismo e passividade. Nem mesmo o fechamento da Ford e da LG mereceu uma campanha de luta por parte dessa frente, que, agora, chegou à conclusão de que é o momento de sair da virtualidade para o movimento de rua. Durante um ano e três meses, deixaram a maioria oprimida à mercê do “negacionismo” de Bolsonaro, e da política burguesa do isolamento social dos governadores, que se mostrou parcial e incapaz de fazer

frente à pandemia e às suas consequências econômicas e sociais. Renunciaram à independência política das organizações operárias e populares, submetendo-as às disputas interburguesas. Contrariaram o princípio classista, de jamais deixar nas mãos da burguesia e de seus governos as necessidades dos explorados. Valeram-se da gravidade da Pandemia e do temor provocado entre as massas – temor não apenas provocado pelo vírus, mas também pela política burguesa –, para justificar o bloqueio total à ação dos sindicatos e movimentos.

O que mudou então, se a pandemia continua matando, diariamente, cerca de três mil, e os hospitais continuam superlotados e faltam remédios?

Quanto à pandemia, agravou-se, com a segunda onda. Quanto ao desemprego, subemprego e miséria, permanecem sacrificando a maioria oprimida.

O que mudou, então?

A Pandemia percorreu um ano e três meses, sem que essas direções tomassem qualquer medida de quebra da passividade. Estiveram completamente alinhadas à política burguesa do isolamento social, implantada por uma frente de governadores, liderada por Doria.

No fundamental, a situação continua tão grave quanto no transcurso do ano passado. O que mudou foi que os assalariados, demais trabalhadores e informais não podem contar sequer com a prática do isolamento social limitado. A imensa maioria está trabalhando. Mas, na realidade, durante todo esse tempo, somente uma pequena parcela pôde ficar refugiada em suas casas. No momento em que os governadores recorreram à “flexibilização” do isolamento social,

indicaram a limitação da aplicação da medida científica. Expressaram as pressões do poder econômico. Foi quando ficou completamente visível o fracasso da burguesia em defender os pobres e miseráveis da Pandemia. Mesmo assim, as direções sindicais e políticas chegaram ao 1º de Maio condenando as manifestações presenciais.

O que mudou foi a avaliação política da frente, que resolveu convocar manifestações presenciais no dia 29. Bolsonaro está às voltas com a CPI da Covid. Encontra-se encurralado, pela denúncia do orçamento clandestino. O seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, tem os dias contados, depois da revelação de seu conluio com as empresas madeireiras. Importantes setores da burguesia passaram, de apoiadores, a opositores tenazes contra a incapacidade de Bolsonaro de unir as principais forças políticas, diante da crise que desintegra econômica e socialmente o país. Nessas condições, Bolsonaro perde apoio popular, e Lula se levanta eleitoralmente como o seu principal adversário. É sintomático que o ex-presidente petista se tenha encontrado com o ex-presidente peessedebista, Fernando Henrique Cardoso. Os partidos burgueses da oposição, entre eles, o PSDB, não têm conseguido encontrar um



nome que seja capaz de modificar a equação BolsonaroXLula. O PT e seu caudilho aproveitam a maré da crise política, que golpeia o governo, e não permite aos velhos partidos oligárquicos encabeçarem um movimento eleitoral oposicionista. A enorme desorientação no campo da oposição burguesa, e a decomposição do governo Bolsonaro, possibilitam a Lula ir ao encontro de figuras como o neoliberal Fernando Henrique Cardoso e outras personalidades, mais à direita ainda.

A ascensão de Lula e o declínio de Bolsonaro passaram a marcar a situação política e o curso da disputa interburguesa, em torno às eleições de 2022. Isso explica a mudança das direções sindicais, populares e partidárias. Convocam a manifestação do dia 29 de maio, com o claro objetivo de potenciar eleitoralmente a candidatura de Lula. As bandeiras do “Fora Bolsonaro” e do impeachment casam com a estratégia política de preparar o terreno para a substituição de Bolsonaro por um novo governo burguês. Isso explica por que as centrais, sindicatos e movimentos não organizam a luta em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. As bandeiras da vacinação e do auxílio emergencial são, portanto, demagógicas. São perfeitamente adequadas à futura disputa eleitoral.

É preciso ter claro o conteúdo da virada política da burocracia e dos reformistas, para não se alimentar a ilusão de que o dia 29 estabelecerá um marco da luta pelas reivindicações das massas, contra a burguesia e seus governantes. Isso por que está condicionado, antecipadamente, a servir de caixa de ressonância à política eleitoral.

A vanguarda com consciência de classe deve convocar as

manifestações por meio de propaganda e agitação próprias. Deve intervir independente e organizadamente, empunhando o programa de emergência próprio da classe operária e dos demais explorados. Coloca-se, desde 18 de março de 2020, quando as centrais suspenderam o Dia Nacional de Luta, a primeira possibilidade de a vanguarda revolucionária e de os trabalhadores mais avançados se lançarem em defesa das reivindicações, que levarão às massas ao combate e à estratégia de poder próprio do proletariado, que se materializa na bandeira do governo operário e camponês.

A frente que se vem formando em torno ao método da ação direta deve concentrar-se na propaganda e agitação das reivindicações que estão na base da revolta dos explorados. Deve evitar dispersão e radicalismos verbais. Deve intervir disciplinadamente, como uma coluna revolucionária, que mostre aos explorados o caminho da unidade na ação direta contra a burguesia e seus governos, e que se oponha ao curso eleitoral que desaguará na substituição de um governo burguês por outro.

***Por um dia 29 de maio classista e de luta!
Em defesa do programa de emergência próprio
dos explorados!***

***Que o dia 29 sirva para a convocação de
um Dia Nacional de Luta, organizado por
assembleias e comitês de base. Que seja um dia
de manifestação com paralisações e bloqueios.
Que sirva para preparar uma greve geral.***

Carta Aberta

Segunda Carta do Partido Operário Revolucionário

Aos Trabalhadores e à juventude oprimida Quais reivindicações devem orientar as manifestações do dia 29 de maio?

24 de maio de 2021

O comunicado da CUT de 13 maio afirma que o grande problema dos trabalhadores se resume na “doença, desemprego, pobreza, fome, mortes”. Refere-se aos 14,4 milhões de desempregados, 40 milhões de informais, 19 milhões atingidos pela “insegurança alimentar grave”, e 116 milhões de pessoas que não contam com “disponibilidade de alimento de forma plena e permanente”. Identifica, também, como um grande problema, “o aumento da inflação e dos preços”, mostrando que “os alimentos subiram 19,42% nos últimos 12 meses”.

Em resumo, essa descrição demonstra por onde deve começar a luta da classe operária contra a burguesia e seus governos. No entanto, o comunicado da CUT usa esses dados reais e catastróficos apenas para ilustrar. Evita tirar as conclusões necessárias. Isso porque oculta que a doença, o desemprego, a pobreza, a fome e as mortes se originam do regime capitalista de exploração do trabalho e acumulação de riqueza, controlada pela minoria burguesa. Diz o comunicado que o país chegou a esse ponto “devido à desastrosa postura negacionista do governo Bol-

sonaro”, e à “carência de políticas públicas”. Em outras palavras, os explorados estão pagando a “fatura por termos no poder um governo que adota uma política ultra-neoliberal e de exclusão...”.

O objetivo do dia 29, portanto, é o de levantar a bandeira do “Fora Bolsonaro e impeachment já”; “vacina e auxílio emergencial de R\$600,00”. No dia 26, as centrais realizarão um ato em Brasília para pedir que o Congresso Nacional aprove o auxílio de emergência no valor de R\$ 600,00.

Essas explicações não vão até o fim. Escondem que Bolsonaro governa para a burguesia, não importando que fração o apoie, ou que esteja na oposição. Para que fosse eleito, contou com uma ampla unidade dos capitalistas. Unidade essa que desmoronou sob o impacto da crise econômica. A Pandemia apenas aprofundou e acelerou a desintegração do governo militarista e fascizante. O retrato mais visível da crise política se evidenciou no conflito entre Bolsonaro e Doria, que liderou e lidera uma frente de governadores constituída em função da crise sanitária. O desejo de importantes setores do grande ca-

pital é o de abreviar a existência desse governo, incapaz de conduzir a política econômica, e que cotidianamente se mostra desastrado.

O impeachment é uma via admitida pela oposição burguesa, que, diga-se de passagem, é heterogênea. Ocorre que não se constituiu uma situação como a que foi montada contra o segundo governo de Dilma Rousseff. As Forças Armadas continuam sustentando Bolsonaro, bem como setores de peso do agronegócio e de latifundiários. Há ainda a seu favor amplas camadas da classe média, vinculadas ao comércio e serviços. Sem mudar essa relação, a possibilidade de impeachment mantém-se diminuta.

A bandeira do “Fora Bolsonaro” – para a CUT, CTB, Força Sindical (a quase maioria das centrais), Frente Brasil Popular, Povo Sem Medo, MST, UNE, PT, PCdoB, PSOL, PDT, PSB e outros – está vinculada ao impeachment. Ou seja, à destituição de Bolsonaro pelo mesmo processo de destituição de Dilma Rousseff. As correntes oportunistas, que estão pelo “Fora Bolsonaro”, incluindo a CSP-Conlutas e o PSTU, evitam atacar a relação entre o “Fora Bolsonaro” e o impeachment, ao mesmo tempo em que, na sua propaganda, fazem uma separação formal. Está claríssimo que essas bandeiras estão sendo utilizadas como meio de preparação ao terreno eleitoral, que no momento é favorável à candidatura de Lula. Essas forças pretendem, portanto, sair da passividade de um ano e três meses, não para erguer as massas com suas reivindicações próprias contra a burguesia e o seu governo, mas para potenciar uma frente eleitoral em 2022. Eis por que não admitem a bandeira de “Abaixo Bolsonaro”, que implica expor a estratégia própria de poder dos explorados, ainda que no plano da propaganda.

O comunicado da CUT deixa claro que o dia 29 não tem por objetivo dar partida a um movimento pelos empregos, salários e direitos trabalhistas. Passo a passo, a burocracia sindical abandonou as reivindicações de emprego a todos, redução da jornada sem redução de salários e estabilidade no emprego. Em seu lugar, passou a negociar os acordos de demissão. Quanto aos salários, abriu mão do salário mínimo calculado pelo Dieese, substituindo-o pela política governista do PT, de “valorização do salário mínimo”, ou seja, de um pequeno aumento de acordo com o crescimento econômico. Essa virada, que se deu no momento em que o PT chegou ao poder do Estado, refletiu o predomínio da política de conciliação de classes. A estatização dos sindicatos alcançou um alto grau, distinto apenas do período da ditadura militar. As organizações de massa dos trabalhadores foram submetidas à política eleitoral e à estratégia de constituir um governo burguês reformista.

Está aí por que o comunicado da CUT indica que se trata de reconstituir um governo, cujas políticas públicas sejam de “inclusão social”. Assim, o movimento operário é conduzido a colocar suas necessidades e suas reivindicações nas mãos de um novo governo, que servirá à burguesia, como serviram os governos do PT, e como ainda servem os seus governadores. Essa é a estratégia colocada para a retomada das mobilizações no dia 29. O que determina a tática de manifestações limitadas, controladas e festivas. As burocracias sindicais e as direções políticas reformistas deixam a confortável passividade de mais de um ano e três meses para canalizar as tendências de luta dos explorados à política institucional, eleitoral e parlamentar.

Essa mudança é apenas de forma, uma vez que, em sua base, permanece a política de colaboração de classes e a rejeição aos métodos da luta de classes.

A vanguarda com consciência de classe tem de intervir no dia 29 de maio, em contraposição à impostura das direções, que se negaram, durante tanto tempo, a organizar a luta em defesa da vida da maioria oprimida. É necessária uma presença independente, organizada e disciplinada. Essa independência se materializará na defesa das reivindicações fundamentais da classe operária e dos demais explorados. Deve-se ter claro que se está apenas reiniciando o movimento de massa. A presença da classe operária será pequena. Isso porque as direções não convocaram as assembleias, não agitaram nas fábricas e não recorreram às paralisações. É bom ter claro que nenhum radicalismo verbal pode substituir a tarefa de abrir caminho para a manifestação do proletariado. Trata-se de usar o dia 29 como tribuna e alavanca para projetar a luta contra as demissões, fechamento de fábricas e acordos de quebra de direitos.

É bom ter claro que nenhum radicalismo verbal pode substituir a tarefa de abrir caminho para a manifestação do proletariado. Trata-se de usar o dia 29 como tribuna e alavanca para projetar a luta contra as demissões, fechamento de fábricas e acordos de quebra de direitos.

As reivindicações e bandeiras que abrem caminho à luta são: redução da jornada, sem reduzir os salários; estabilidade no emprego; escala móvel das horas de trabalho; readmissão de todos os demitidos durante a Pandemia; salário mínimo vital calculado pelas assembleias; reajuste dos salários de acordo com a elevação do custo de vida; auxílio emergencial no valor do salário mínimo calculado pelo Dieese. Essa luta exige a convocação de assembleias, constituição de comitês de base e união entre empregados e desempregados. É importante a bandeira da vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. Para ser consequente nessa luta, é necessário, não apenas defender a quebra das patentes da vacina, como também, e principalmente, a expropriação dos monopólios e estatização do sistema privado de saúde, sob o controle operário. Esse conjunto de reivindicações constitui o programa de emergência e da classe operária e dos demais trabalhadores, que se contrapõe à brutal exploração capitalista, ao desemprego, ao subemprego, à fome e à miséria.

A frente revolucionária das correntes que se colocam no campo da independência de classe, da ação direta e da luta organizada dos explorados deve levar à prática esse programa básico. Aí está o ponto de partida para unir os explorados em um poderoso movimento, que se choca com a burguesia, com Bolsonaro e com todos aqueles que estão pela manutenção do capitalismo. Está aí a via para de fato combater o governo negacionista e genocida de Bolsonaro. É no campo dessa luta que se colocarão outras tarefas programáticas, que expressam a estratégia da derrocada do capitalismo, da constituição de um governo operário e camponês, e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Não pode haver dúvida de que, nas condições de retrocesso



do movimento das massas durante a Pandemia, o seu retorno organizado não será imediato. Essa é a maior probabilidade. No entanto, as difíceis condições de existência da maioria oprimida gestam tendências de revoltas, que virão à tona, na forma de luta de classes. A propaganda e a agitação das reivindicações fundamentais estarão de acordo com essas tendências. A vanguarda com consciência de classe não deve confundir a radicalização das massas com a radicalização de pequenos contingentes, que podem facilitar o radicalismo verbal. Nossa luta está voltada para a classe operária e para a maioria oprimida, que, no momento em que se levantarem, trarão consigo o programa de reivindicações e a estratégia de poder próprio do proletariado.

O Partido Operário Revolucionário presta muita atenção nas condições objetivas, nas tendências de luta e nas necessida-

des das massas para formular as suas bandeiras. Presta atenção nos obstáculos criados pela burguesia e pelos agentes encastelados nos sindicatos e movimentos, para melhor desenvolver o programa de reivindicações e os métodos de luta colocados pelas necessidades objetivas. Nesse dia 29 de maio, a frente de luta, que vem se constituindo desde o 1º de Maio, poderá se distinguir da política da burocracia e dos reformistas, caso consiga chamar a atenção de uma parcela dos trabalhadores mais avançados para o programa de emergência e as tarefas do momento.

***Que dia 29 de maio seja classista e de luta!
Que sirva para impulsionar um programa de
emergência próprio dos explorados!***

Carta Aberta

Terceira Carta do Partido Operário Revolucionário

Aos trabalhadores e à juventude oprimida Como combater a fome e a miséria Por onde começar

25 de maio de 2021

A barbárie capitalista avançou a tal ponto, que instituições da burguesia estão obrigadas a expor a gravidade da situação. As direções sindicais, movimentos e correntes de esquerda foram embalados pela repercussão da miséria e fome, multiplicadas no último período, principalmente nesse um ano e três meses de pandemia. Abriu-se uma discussão institucional no Congresso Nacional. A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara foi acionada. Estiveram presentes capitalistas, como o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), e representantes do movimento dos pequenos agricultores.

O interesse pelo problema da fome foi despertado pelos “Dados do Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar em Contexto de Covid”. Teve grande repercussão a publicação do estudo “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”. A imprensa o repercutiu, expondo os assombrosos dados, e a conclusão de que a miséria e a fome cresceram enormemente ao longo da pandemia. O Congresso Nacional e a imprensa tiveram de reconhecer a explosão do desemprego e subemprego, bem como a alta dos preços dos produtos da cesta-básica. Desemprego, subemprego e inflação formam uma combinação catastrófica.

Como um país pode suportar a diminuição da força de trabalho empregada, de 93,7 milhões, para 85,9 milhões? O aumento, de 78,3 milhões, para 90,9 milhões de pessoas sem trabalho? Como pode a maioria assalariada e o gigantesco contingente de desempregados e subempregados suportarem o aumento de 57% e 51%, no arroz e feijão, respectivamente? O desemprego e subemprego sobem, a renda do trabalho cai, e a inflação alimentar dá um salto às alturas.

Eis as primeiras evidências do aumento da miséria e fome. Eis as primeiras explicações do fato de “116,8 milhões de brasileiros conviverem com algum grau de *insegurança alimentar* e 19 milhões enfrentarem a fome, no último trimestre de 2020”. Os analistas e politiquinhos da burguesia vão até onde a constatação é demonstrada pela estatística. Como não podem ir ao fundo das causas, procuram justificativas, que se limitam à política econômica e social do governo burguês de plantão. O fundamental do problema estaria nas “*políticas públicas*”. O que, certamente, não deixa de ter interferência no curso do empobrecimento generalizado das massas, e no ritmo acelerado do crescimento da miséria e fome. Um exemplo discutido é o do auxílio emergencial, todos ficaram contentes com os R\$ 600,00, que alcançaram 66 milhões de brasileiros, inclusive as direções sindicais, que o consideraram uma vitória. É claro que a sua diminuição – primeiro, para R\$ 300,00 e depois para uma média de R\$ 230,00, abrangendo 39 milhões de brasileiros – impacta sobre uma massa humana desempregada e subempregada. Se um governo é pródigo em programas assistenciais, é claro que comparece como mais preocupado com a miséria e a fome do que aquele que diminui o seu espaço no orçamento. Pode-se ainda considerar o peso da situação econômica. Se há um crescimento considerável, diminuem o desemprego e subemprego, o que por si só possibilita mais famílias terem o que comer, mesmo que insuficiente. Se houver um crescimento econômico e uma inflação estável, essa incidência será mais palpável ainda. No caso da queda econômica e das pressões inflacionárias, a pobreza e a miséria avançam. É o que está se passando no momento.

A posição do governo e do Congresso Nacional, de reduzir

a margem do assistencialismo social, contribuiu para o agravamento da miserabilidade. Mas não é a causa. Nesse mesmo sentido, sob o governo de Lula, e em parte o de Dilma Rousseff, os indicadores de pobreza, miséria e insegurança alimentar foram reduzidos, ao ponto de a ONU retirar o Brasil do Mapa da Fome. O que não significou ir à raiz da causa. O reformismo criou a ilusão de que se estaria a caminho da eliminação gradativa da fome. Não por acaso, esse argumento ganha força política, em meio aos desastres dos governos Temer e Bolsonaro. O reformismo não pode admitir que, nas condições de crise profunda da economia, nenhum governo burguês pode sustentar um gasto considerado elevado – segundo o critério da administração burguesa – destinado ao assistencialismo. Basta ver a mudança ocorrida no segundo mandato de Dilma Rousseff.

A gigantesca dívida pública e a pesada carga de juros comprometem boa parte do Orçamento. Os tentáculos desse polvo são parte do bloqueio das forças produtivas e, consequentemente, da extensa miserabilidade da maioria oprimida. Nenhum dos críticos de Bolsonaro ousa atacar a sangria do Tesouro Nacional, provocada pela dívida pública. O peso da dívida pública na política econômica resulta, em grau distinto, em meio ao crescimento ou à queda econômica. Para comparar governos e políticas econômicas, é preciso considerar os fatores de conjunto, nas condições particulares do momento. Principalmente, no que diz respeito à pobreza, miséria e fome. Os dados demonstram, sem dúvida, que a política antinacional e antipopular de Bolsonaro é um fator de agravamento das condições de existência da maioria oprimida, golpeada pela Pandemia, demissões e rebaixamento salarial. O que deve ser questionado é o argumento de que basta mudar a orientação governamental das denominadas políticas públicas, para então enfrentar as chagas mais mutiladoras e mortais, que vitimam os explorados. Esse uso eleitoral tem de ser desmascarado, denunciado e combatido, perante o proletariado e demais trabalhadores.

A CUT, em sua convocatória à manifestação do dia 29 de maio, recorre a essa explicação, afirmando que “a população enfrenta alta taxa de desemprego, e o drama de ter nosso país retornando ao Mapa da Fome da ONU, depois de termos conseguido sair deste triste quadro em governos anteriores, que adotaram políticas públicas de inclusão social”. A ONU pode ter tirado o Brasil do Mapa da Fome, mas isso não significa que, na realidade, a fome deixou de mutilar vastas camadas da população. Esse jogo propagandístico eleitoral não tem como esconder que o aumento ou diminuição da fome expressam, antes de tudo, a situação econômica do momento, e as condições da exploração e acumulação de capital. Em 2013, as estatísticas indicavam que 23% dos lares se debatiam com “insegurança alimentar”. Esse indicador, que já era alto, saltou para 37%, entre 2017-2018. Não há dúvida de que a queda econômica de 2014 e a recessão de 2015-2016 deram início à volta do Brasil ao Mapa da Fome. Repetimos, as políticas públicas podem amenizar mais ou menos, mas não podem resolver o problema. A experiência indica que os emplastos colocados sobre as profundas chagas funcionam como uma máscara à tragédia vivida no dia a dia

pelas famílias operárias e camponesas.

Em 1946, Josué de Castro apresentou um estudo aprofundado, no livro “Geografia da Fome” e, em 1957, o completou com a obra “Geopolítica da Fome”, quando era deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Foi cassado em 1964, por suas posições nacionalistas. O seu mérito se deveu à demonstração de que havia causas sociais para a fome, derrubando a tese das condições climáticas, e rejeitando absurdos, como o comportamento ocioso dos trabalhadores, entre outras críticas. Estabeleceu, no entanto, a conclusão equivocada de que a miséria e a fome poderiam ser combatidas por meio da distribuição de riquezas, que se achavam extremamente concentradas. Defendeu a reforma agrária, como uma via de se alcançar uma distribuição alimentar necessária à solução do problema da fome. Como nacionalista, não pôde entender que a burguesia não tinha como realizar a tarefa democrática da reforma agrária. No mesmo sentido, nenhum governo burguês poderia levar o Estado a promover uma ampla distribuição de riqueza, pela via de políticas públicas. Os reformistas, de nossos dias, praticamente abandonaram a bandeira da reforma agrária. Restou a tese da distribuição de riquezas, que serve às imposturas políticas eleitorais.

O que deve ser questionado é o argumento de que basta mudar a orientação governamental das denominadas políticas públicas, para então enfrentar as chagas mais mutiladoras e mortais, que vitimam os explorados. Esse uso eleitoral tem de ser desmascarado, denunciado e combatido, perante o proletariado e demais trabalhadores.

A fome faz parte da história econômica e social do país. É, portanto, estrutural. Reflete a condição de país semicolonial, cujas forças produtivas internas estão entrelaçadas e condicionadas pelas forças produtivas mundiais, chefiadas pelo imperialismo. Não por acaso, essa é a realidade da América Latina e dos demais continentes, em que predominam os países de economia atrasada, como apontou Josué de Castro, no livro Geopolítica da Fome. Por ser estrutural, não há política pública capaz de erradicá-la. A posição de amenizar a fome serve à burguesia e à manutenção do capitalismo. Em certo sentido, continua válida a tese da reforma agrária, desde que seja parte e produto da revolução proletária. A liquidação do poder latifundiário e a transformação da avançada agroindústria em produção socialista no campo permitiriam resolver rapidamente a miséria do camponês. A revolução agrária é uma tarefa democrática burguesa, que somente o programa da classe operária corresponde às condições históricas para o seu cumprimento.

A expropriação da burguesia e a transformação da propriedade privada dos meios de produção são o ponto de partida para iniciar a erradicação da pobreza, miséria e fome. É obrigatório desenvolver, no interior das lutas, a estratégia de poder do proletariado, e a forma de governo a ser implantada pela revolução social. A necessidade de o proletariado unir a maioria oprimida, para potenciar as forças transformadoras, dá lugar à luta por um governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura da maioria oprimida sobre a minoria opressora. É com esse programa que se torna viável



a erradicação da fome. Evidentemente, para a classe operária e os demais explorados convergirem seus instintos de revolta com esse programa, têm de passar por inúmeras etapas, no processo único de materialização de sua estratégia de poder.

Objetivamente, o movimento operário, camponês e popular se encontra em grande atraso, diante do capitalismo que se desintegra, e de suas nefastas consequências sociais. O problema está em ir superando esse atraso nas condições objetivas, cujas premissas, para a revolução proletária, estão mais do que amadurecidas. Nenhum radicalismo verbal serve para cumprir esse objetivo. Ao contrário, atrapalha, dificulta a fusão da vanguarda revolucionária com o proletariado. O fato de os explorados suportarem um ano e três meses da fulminante Pandemia, do desemprego crescente, da perda salarial, da destruição de direitos e do avanço da fome, sem explodir em movimentos radicais de massa, põe à luz do dia a profunda crise de direção revolucionária.

Somente uma aliança da burocracia sindical com uma fração governamental dos capitalistas poderia bloquear tão poderosamente os instintos de revolta dos pobres e famintos. Essa mesma burocracia e seus mentores partidários – PT, PCdoB, PDT, PSB, principalmente – agora dizem que chegou o momento de voltar às ruas, para substituir o governo burguês de Bolsonaro, militarista e fascizante, por um governo burguês democratizante, e supostamente capaz de reverter os retrocessos da política pública. Durante tanto tempo, com a Pandemia matando diariamente, e os capitalistas fechando fábricas e demitindo, essas direções não fizeram senão barrar a luta e substituí-la por campanhas filantrópicas. Campanhas essas orquestradas por poderosos grupos econômicos, e pela maior fonte de obscurantismo, que são as igrejas. Os burocratas e reformistas derramam lágrimas sobre as 450 mil mortes pelo Covid. Lamentam o crescimento da pobreza, fome e miséria. E exortam os explorados a trocarem um burguês maldito por um governo burguês bendito. Isso, ocultando para as massas o caráter de classe dos governos, e a sua função de sustentar a propriedade privada dos meios de produção, redigida pelos monopólios e capital financeiro. É um imperativo combater essa barreira ideológica, política e organizativa, para abrir caminho à luta contra a fome. Obrigatoriamente, o ponto de partida dessa luta está na defesa do

emprego, do salário e das conquistas trabalhistas.

A burocracia se nega a unir os empregados e desempregados em um amplo movimento em defesa da força de trabalho. Sabe que convocar assembleias, organizar greves, preparar ocupações e ganhar as ruas pelos empregos e salários levam os explorados a se chocarem com os seus exploradores, a reconhecerem a dominação burguesa como a fonte originária da pobreza, miséria e fome. Assim, desvia a luta de classes para o caminho da farsa das políticas públicas, da distribuição de renda e do assistencialismo. O problema fundamental das direções traidoras está em como evitar que a revolta instintiva das massas tome a forma da luta de classes, por suas reivindicações próprias, como são os empregos, salários e direitos trabalhistas.

A esquerda centrista, que, como tal, se debate na contradição entre o reformismo e o marxismo, tem evidenciado a sua mais completa impotência. O PSTU e PSOL seguiram, passo a

passo, as pressões da burocracia encasteladas nas centrais sindicais, ajudando-as a bloquear qualquer iniciativa que desse lugar ao movimento de massa. Por força das circunstâncias, a central dirigida pelo PSTU, a CSP-Conlutas, teve de mobilizar restritamente os metalúrgicos que perderam seus empregos, com o fechamento da LG. Agora, vem dizer que chegou o momento de voltar às ruas. Não há hipocrisia mais grosseira que essa. No 1º de Maio, todas as centrais, sem exceção, e quase todos os partidos de esquerda se negaram a realizar manifestações presenciais. Poucas semanas

depois, dizem que, agora sim, é preciso combater com manifestações o governo de Bolsonaro. Requentam a bandeira do “Fora Bolsonaro”, que tem por conteúdo o impeachment ou eleição presidencial. As duas variantes são burguesas, uma vez que não são as massas que golpeiam o governo da burguesia, com seus métodos e organizações próprias. Essas direções de conjunto devem ser rechaçadas pela classe operária, pelos camponeses pobres e pela juventude oprimida. Não têm nenhuma moral revolucionária, para condenar a fome que avança, já que são responsáveis pelo bloqueio da luta de classes, única via possível de combater o desemprego e o subemprego.

É com essa linha e com o programa de emergência próprio dos explorados, que a vanguarda com consciência de classe deve organizar e intervir nas manifestações de 29 de maio.

Objetivamente, o movimento operário, camponês e popular se encontra em grande atraso, diante do capitalismo que se desintegra, e de suas nefastas consequências sociais. O problema está em ir superando esse atraso nas condições objetivas, cujas premissas, para a revolução proletária, estão mais do que amadurecidas.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO



Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Combater a privatização da Eletrobrás com os métodos da classe operária

Depois da aprovação na Câmara de Deputados, o Senado dará seu veredito à Medida Provisória 1031/2021, de privatização da Eletrobras, por meio de venda de ações na Bolsa de Valores, sem a participação da estatal. Fórmula esta denominada de capitalização. Para aprovar a MP, o governo criou um dispositivo para beneficiar os interesses regionais, de parlamentares, de canalizar os recursos da venda da estatal para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Tratou-se de uma manobra de recuo do DEM, que tinha a intenção que esses recursos fossem destinados à Codevasf, que controla as verbas destinadas às obras no Nordeste e aos reservatórios de Furnas. Na realidade, ocorreu apenas uma mudança de

endereço do órgão que ficará com o dinheiro da venda. Como se vê, a jogatina foi grande, semelhante à aprovação do Orçamento. Para a aprovação da MP, vieram à tona os interesses dos empresários envolvidos com as termos, dos deputados (sanguessugas do dinheiro público), que pressionam por recursos para as campanhas eleitorais, e do capital financeiro, que está sedento para abocanhar a estatal elétrica.

A Eletrobrás tem dado lucro, e tem o controle de 50% dos reservatórios de água no país. O presidente da Câmara, Arthur Lira, aproveitou a Pandemia e acelerou a votação, conforme exige o governo Bolsonaro. Houve discursos radicalizados de partidos de oposição, PT e PSOL. No entanto, não passaram

de verborragia. Não houve, por parte das direções sindicais e políticas, uma verdadeira campanha contra a privatização, que implica ações nas ruas e paralisações. Ao contrário, permaneceram no mundo virtual. Com essa conduta, mais uma vez, o governo e o Congresso Nacional põem em marcha o plano privatista de Guedes.

As consequências dessa privatização serão drásticas para a população, que sofrerá com o aumento das tarifas de energia. E para os trabalhadores da estatal, mais demissões. Está aí por que é preciso romper a passividade e ganhar as ruas. Somente a luta direta pode barrar as privatizações. Depois da Eletrobrás, virão a entrega dos Correios e da parte que restou da Petrobrás.

O que levou à redução do número de greves durante a pandemia?

As condições objetivas – fechamento de fábricas, demissões, acordos de redução salarial, suspensão de contratos – e o descontentamento dos explorados cresceram, nesse um ano e três de meses da Pandemia. Não há um trabalhador que não reclame do aumento dos preços dos alimentos e do gás. Não há uma mãe ou pai que se sentiu protegido com o auxílio emergencial do governo. Então, o que impediu que os explorados fossem à luta?

Os estudos do Dieese, que são divulgados pelas direções sindicais, indicaram que, em 2020, ano de início da Pandemia de Covid-19, o total de paralisações de trabalhadores foi 42% menor do que a soma das greves de 2019. De um total de 1.118 greves em 2019, em 2020, caiu para 649. Para efeito de comparação, durante os últimos dez anos, os trabalhadores paralisaram duas mil vezes por ano. Mostram, também, que 9, de 10 greves realizadas, em 2020, foram do tipo defensiva, pelo descumprimento de direitos, principalmente atraso de salários. O tempo médio das paralisações foi de 30 horas, e cerca de 60% delas foram movimentos que duraram só um dia.

Os acadêmicos do Dieese, que assessoram a burocracia sindical, dizem que os sindicatos passam por reorganização, por conta dos impactos da reforma trabalhista, e que, nos períodos de crise econômica e desemprego, a tendência é de diminuição das greves.

Na realidade, as direções sindicais, durante a Pandemia, fecharam os sindicatos e armaram as assembleias virtuais, para aprovarem os acordos de redução salarial e suspensão de contratos. Diante do fechamento de fábricas, como no caso da Ford e LG, trabalharam para que a greve não se estendesse

a outros setores, canalizando-a para as negociatas em torno às indenizações. Inventaram uma suposta “greve sanitária” na área da Educação, que não passou de um boicote individual e passivo. Fizeram soar a campanha demagógica dos governadores do “fique em casa”, quando a grande maioria dos explorados enfrentava diariamente os transportes coletivos lotados. Colocaram-se a favor do auxílio emergencial de R\$ 600,00, que é metade do valor do salário mínimo de fome do governo. Impunham medo e terror aos trabalhadores com o crescimento exponencial de mortes pelo Covid. E passaram a fazer campanha filantrópica de coleta de alimentos, para “salvar vidas humanas”. Com essa conduta acuada, temerosa e pró-patronal, o descontentamento dos explorados só poderia ficar contido.

Eis aí os responsáveis pela queda do número de greves, exatamente no momento em que os ataques da burguesia e dos governos não cessaram. Enquanto essas direções impuseram o refluxo do movimento operário e popular, Bolsonaro, Guedes e Congresso Nacional não pararam um segundo, durante a Pandemia. As privatizações avançaram, as contrarreformas vêm sendo impostas, as medidas provisórias de rebaixamento salarial vão apenas mudando de número (MP 936, MP 1045), etc. Há um ditado popular que diz: “Papa-gaio que acompanha João-de-Barro vira ajudante de pedreiro”. A burocracia ajudou a burguesia e o patronato, colocando os explorados imobilizados e temerosos. Aí está a política de colaboração de classes mais deslavada. A tarefa da vanguarda é a de combater, em todas as situações, essa burocracia sindical traidora.

Ceará

Governador do PT e prefeito do PDT aprovam subsídio a empresários de ônibus

No dia 26/05, a Câmara Municipal de Fortaleza aprovou projeto de lei, que estabelece subsídios de R\$ 4 milhões/mês aos empresários de ônibus da capital, dizendo que em contrapartida haverá o congelamento da passagem até dezembro. Assim, serão arrancados dos cofres públicos cerca de R\$ 30 milhões, para subsidiar os concessionários do transporte. Vale lembrar que o cartel dos empresários de ônibus da capital (Sindiônibus) já havia conseguido, junto à prefeitura de Roberto Cláudio (PDT), a eliminação de 5 mil postos de trabalho, com a extinção da função do cobrador, em 2019. Na época, um dos argumentos utilizados pelos empresários foi o da necessidade de “redução de custos”. Mais recentemente, com a Pandemia, a despeito dos pedidos reiterados do Ministério Público, para que 100% da frota entrasse em circulação (medida que visava a reduzir aglomeração nos ônibus), o cartel impôs que se mantivesse 60% da frota, ainda, por um longo período. Esse retrospecto é importante para mostrar como o Sindiônibus se beneficiou e impôs suas diretrizes ao transporte municipal, ao mesmo tempo que manteve o arrocho salarial sobre os trabalhadores

rodoviários, e restringiu ainda mais o acesso à meia passagem.

A proposta dos governos, especialmente de Camilo/PT, de subsidiar os empresários para evitar aumento dos preços, é escandalosa. Mostra como, na fase de decadência do capitalismo, o orçamento do Estado tem de estar à disposição do empresariado. Parte da bancada oposicionista lamentou a derrubada da emenda da vereadora Larissa Gaspar (PT), que propunha auditoria nas contas do Sindiônibus, após a realização dos repasses, o que significa que o PT na Câmara Municipal não se contrapôs aos subsídios, desde que pudessem ser devidamente auditáveis no futuro.

Os trabalhadores com consciência de classe e a juventude explorada devem rejeitar todo e qualquer subsídio aos empresários. A resposta proletária ao problema do transporte e aos abusos do cartel é a estatização sem indenização de todo o sistema integrado, sob controle dos trabalhadores e usuários! Abaixo o subsídio! Estatização do transporte sob controle operário! Passe livre para estudantes e desempregados! Estabilidade no emprego aos rodoviários! Redução da jornada para que haja emprego a todos!

São Paulo

Ocupação Carolina Maria de Jesus

No dia 14 de maio, o movimento Sem Teto, dirigido pelo MTST, ocupou um terreno na Avenida Bento Guelfi, que estava abandonado por anos. A ocupação começou com cerca de 600 pessoas e, segundo a coordenação, em nove dias, já são mais de duas mil pessoas. A ocupação tem um caráter simbólico, forma encontrada pelo MTST para pressionar os governos a inscreverem os sem-teto nos projetos governamentais. No entanto, uma parcela já levantou os barracos para morar, pois, o desemprego não permite o pagamento de aluguel.

A região da ocupação, distrito de Iguatemi, tem a menor taxa de emprego formal da cidade. As chances de se



conseguir um emprego dos moradores dos bairros do distrito Iguatemi são 291 vezes menores do que no distrito da Sé. O distrito contém 15 bairros, onde 15% das casas ficam em favelas, 16,6% das moradias não têm acesso à rede de esgoto, a idade média de vida é de 59 anos. Como se vê, a miséria é grande nessa região, que é uma das mais populosas de São Paulo.

Não se trata de fazer ocupações simbólicas. É preciso exigir dos governantes a desapropriação da área e a construção imediata de moradias para os ocupantes. A vitória do movimento dependerá da luta nas ruas e da unidade com outros movimentos de ocupação. Caso contrário, vem o despejo. Lembremos que os governantes fizeram inúmeros despejos, durante a Pandemia.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

São Paulo

Ocupação Helenira Preta ameaçada de despejo

Em julho de 2017, ocorreu em Mauá uma ocupação, movimento Olga Benário, dirigido pela UP/PCR. O local era uma residência abandonada. Na época, o prefeito do PSB fez uma negociação com o movimento Olga Benário, e as ocupantes foram para outra casa, que foi então transformada em Centro de Referência de Atendimento às mulheres, vítimas de violência. Passados 4 anos, a casa de “memória histórica” continua abandonada.

Houve uma tentativa dos movimentos sociais da cidade em ampliar a luta em apoio ao movimento Olga Benário, para que as mulheres vítimas de violência pudessem impor ao prefeito e ao governador

do estado para que assumissem a responsabilidade pelo atendimento, com todos os equipamentos necessários (médicos, psicólogos, remédios, etc.) e que o controle da casa fosse feito pelas mulheres ocupantes. Mas, a corrente que dirige o movimento não concordou em constituir essa frente de luta. Na realidade, queria apenas apoio dos demais movimentos e partidos. Assim, transformaram a Casa Helenira Preta em uma espécie de assistencialismo, controlado pelo PCR. A conquista da casa e sua transformação em Centro de Referência não avançaram. O Centro de Referência está organizado em uma residência, que faz parte do antigo colégio

Humberto de Campos, que estava abandonado pela Prefeitura.

Agora, o prefeito do PT levou a leilão o prédio, que também abriga ocupação do MLB (Movimento de Luta nos Bairros e Favelas), denominado como ocupação Manoel Aleixo. O leilão ocorreu no dia 27 de maio, e poderá levar à desocupação do prédio. Prevendo a desocupação, houve um ato convocado pela UP/PCR. A Corrente Proletária/POR interveio, insistindo na necessidade de ampliar a luta, convocando plenária, que objetivam impor as reivindicações do movimento ao prefeito petista. Fez a defesa do método das ocupações e a importância de quebrar o isolamento do movimento.

Sergipe

Despejo da ocupação João Mulungu

No dia 23 de maio, a Ocupação João Mulungu, organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros – MLB, sofreu um violento despejo pela polícia militar do governo Belivaldo Chagas (PSD/PT). A ação truculenta, com bombas de efeito moral e o uso de uma retroescavadeira, cumpriu a decisão judicial de reintegração de posse, em favor da prefeitura de Aracajú e da construtora Cosil. O prédio, de propriedade da Cosil, já acumula R\$ 12 milhões em dívidas junto ao poder público. A empresa Cosil, por sua vez, pertence à família de Danusa Silva, esposa do prefeito Edvaldo Nogueira (PDT). A decisão judicial, portanto, não só favorece os capitalistas da construção civil, mas particularmente aos interesses pessoais do próprio prefeito. Durante a reintegração de posse, a polícia militar prendeu 7 militantes do MLB e Correnteza, que foram soltos depois de três dias.

A vice-governadora, Eliane Aquino (PT), se limitou a dizer: “Num momento tão grave de Pandemia, uma ação dessas não deveria

ocorrer, muito menos da maneira como ocorreu”. E completou: “Mas, em último caso, pela necessidade do cumprimento de ordem judicial, deveria ter ocorrido um trabalho conjunto entre diversas frentes do Poder Público, que assegurasse, pelo menos, que todas as pessoas fossem testadas”. Portanto, para a vice-governadora do PT, não tinha nada o que se fazer, a não ser cumprir a ordem judicial, desde que, “pelo menos”, as pessoas fossem testadas. Que servilismo à justiça burguesa!

A ação truculenta de despejo e

prisão arbitrária de 7 militantes é parte do avanço da repressão do Estado burguês sobre os movimentos e lutadores sociais. É necessária uma resposta das organizações, que se reivindicam dos explorados, diante da escalada repressiva. Está colocada uma campanha nacional em defesa das liberdades de expressão, de manifestação e de organização, vinculando a luta pelas garantias democráticas com a luta em defesa dos empregos, salários, moradia e vacinação universal, a começar pelos pobres e famintos.

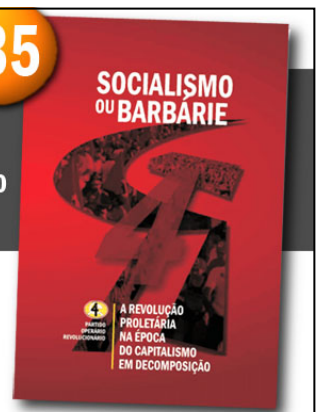
Adquira com o distribuidor de Massas:

**SOCIALISMO
OU BARBÁRIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

R\$ 35

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



EM DEFESA DA SEDE DO SINDICATO DOS METROVIÁRIOS DE SÃO PAULO

A decisão de Doria de leiloar a sede do sindicato dos Metroviários de São Paulo constitui uma investida contra a organização dos trabalhadores. Essa medida é mais do que uma punição. É um ataque ao sindicalismo em geral. O movimento impulsionado desde o dia 7 de maio, que tem por base um manifesto exigindo o fim do leilão, é uma primeira resposta que tem de ser apoiada e fortalecida pelas centrais, sindicatos e movimentos. O Sindicato dos Metroviários não pode ficar isolado diante do governo direitista de Doria. Está previsto um ato no dia 29 em defesa da sede, momento em que os metroviários aproveitarão a realização do Dia de Mobilização em todo o país, convocado pelas centrais. A presença massiva dos metroviários com a bandeira de “A sede é nossa”, que o governo de São Paulo entregue formalmente os direitos legais ao sindicato, é importante tanto para a causa dos metroviários quanto para a luta geral contra o desemprego, baixos salários, a fome e a miséria.

O Partido Operário Revolucionário apoia a luta dos metroviários contra a intervenção do governo em sua sede.

Fome e miséria se alastram

As pesquisas que mostraram que 19,1 milhões de brasileiros não têm o que comer, e que seis em cada dez famílias está ameaçada pela fome, só vem certificar o que se vê diariamente nas ruas, principalmente das capitais. São Paulo, por exemplo, por todos os lados, há pedintes e moradores de rua. As barracas, debaixo dos viadutos, abrigam famílias inteiras. Os cobertores espalhados pelas praças são o retrato da barbárie social. O Brasil, com cerca de 210 milhões de pessoas, 116 milhões não têm as três refeições diárias. Ao invés de fome e miséria, os institutos de pesquisa criaram qualificativos como “insegurança alimentar grave”, ou simplesmente “insegurança alimentar”. Assim, o índice de “insegurança alimentar” foi mais de 60%, no Norte, e 70%, no Nordeste, sendo a média nacional é de 55,2%. Já a chamada “insegurança alimentar grave”, atingiu 9,0% da população brasileira, com 18,1%, no Norte, e 13,8%, no Nordeste. Certamente, evidenciou que se concentra entre os negros e as famílias que têm como arrimo as mulheres, também negras. E entre as populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas.

Essa pesquisa foi apresentada no Congresso Nacional. Os oposicionistas aproveitaram para criticar a ação de Bolsonaro, que extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). Os empresários, por meio da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), procuraram justificar o aumento dos preços dos alimentos em função do reajuste das matérias-primas e da alta do dólar. O representante do Movimen-

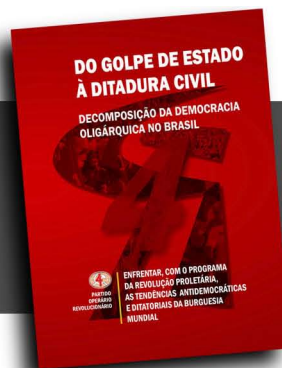
to dos Pequenos Agricultores fez críticas à redução do auxílio emergencial, e pediu a aprovação dos R\$ 600,00. Os meios de comunicação compareceram como impulsionadores da filantropia, com os pedidos de alimentos e doações em dinheiro. E as direções sindicais reproduziram sua campanha de coleta de alimentos nas fábricas. Como se vê, o humanitarismo e a compaixão reuniram governadores, empresários e dirigentes sindicais e movimentos. O slogan de Doria, “Vacina no braço e comida no prato”, passou a ser reproduzido pelos sindicalistas. Basta ver a convocatória das centrais, partidos e movimentos para o dia 29 de maio.

Isso ocorre porque há uma concórdia geral de que a raiz da fome e da miséria não está no capitalismo. Para alguns, está na má distribuição de riquezas, no baixo valor do auxílio emergencial, no governo genocida, etc. Para outros, na avassaladora Pandemia, etc.

As direções sindicais e os partidos reformistas aproveitam a catástrofe de fome, miséria, falta de vacina, desemprego e subemprego para sair às ruas, depois de mais de um ano de confinamento, para desviar as tendências de luta dos explorados para o eleitoralismo e para o parlamento, que não passa de uma Casa de Larápios.

É nossa tarefa denunciar os impostores e exigir que os sindicatos rompam a passividade, e organizem verdadeiramente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, em defesa de um programa próprio de emergência dos trabalhadores contra a fome e a miséria.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

O peso da pandemia sobre os explorados

Parte 2

No Jornal Massas 635 publicamos um artigo que mostrava o conteúdo de classe da pandemia, através das mortes por profissões. Agora, damos continuidade à essa exposição, levando em consideração o local de moradia. Um novo levantamento de dados sobre a mortalidade devido à Covid-19, por bairro, feito pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, mostrou, de forma clara, o peso da pandemia sobre os pobres e miseráveis. Este levantamento leva em consideração apenas pessoas com menos de 60 anos.

O vírus, como agente natural, tem o potencial de afetar pessoas em todas as classes, as notícias de ricos e famosos que morreram estão aí para atestar essa informação. Mas, também é verdade que as classes sociais não seriam, e não foram, afetadas da mesma maneira. Os protocolos sanitários da OMS ignoravam o fato de que sua aplicação na sociedade de classes, especialmente nos países atrasados, coloniais e semicoloniais, seria impossível. Aquilo que nós sabemos, por estar dentro dos bairros operários, das favelas e periferias, agora aparece em números, e expõe a barbárie capitalista.

A Zona Leste (ZL) de São Paulo é conhecida por concentrar uma grande massa de trabalhadores, pois, foi justamente nessa parte da cidade que a pandemia foi mais violenta. 7 dos 10 distritos onde mais morreram pessoas pelas consequências da Covid estão na ZL. O distrito de Artur Alvim, por exemplo, teve 443% mais mortes que Perdizes, distrito de classe média alta, que possui aproximadamente o mesmo número de pessoas que o primeiro — na faixa de 80 mil pessoas. O distrito da Água Rasa, ZL, possui taxa de mortes por 100 mil ainda maior, 101,8, contra 101,5 de Artur Alvim, e 18,7, em Perdizes.

Aí está exposto o caráter de classe da Pandemia, nos bairros pobres, estão a classe operária, os desempregados, trabalhadores informais e trabalhadores dos serviços essenciais, aqueles que não pararam um dia sequer no último ano. Contribui para a situação de desgraça, a falta ou precariedade do atendimento de saúde, tanto o preventivo quanto o emergencial. Já para a burguesia e a pequena-burguesia abastada, os melhores hospitais estão à disposição, e o trabalho remoto, para aqueles que trabalham, foi a saída largamente utilizada.

Um outro fator deve ser considerado, as condições estruturais de saneamento básico das periferias e favelas, as comorbidades adquiridas pelo trabalho pesado, má alimentação, etc., são verdadeiros celeiros para a propagação das endemias, epidemias e pandemias. Moradias em palafitas, esgotos e córregos a céu aberto, falta de tratamento de água, falta de água, coleta seletiva irregular etc., são a realidade da maior parte da população pobre do país. Esses dados sobre São Paulo não devem ser muito diferentes em outras partes do país.

Desde o começo, a resposta política foi dada pela burguesia, uns se protegeriam e sobreviveriam, outros estavam condenados à morte. Os governos se mostraram completamente incapazes de proteger as massas trabalhadoras, na verborragia interburguesa entre Bolsonaro e os governadores, nem a vida, nem a economia foram salvas. O desastre maior se instalou quando a barbárie pandêmica se combinou com a crise de direção revolucionária do proletariado, ou seja, quando as direções adaptadas à política burguesa apontaram para as massas que a saída era a conciliação das classes, a “união nacional”. Fecharam os sindicatos e passaram a emitir receitas de proteção pelos meios virtuais. Essa traição vai custar muito caro aos explorados, que ainda não compreenderam completamente a profundidade do problema. Agora, ano e meio depois, essas direções começam a sair da toca, falam da necessidade de ir às ruas para combater as medidas dos governos e patrões, além da violência do Estado. Ainda é uma defesa em palavras, não se concretizou em ação política prática e organizada. A defesa do POR, da criação de um Dia Nacional de Lutas pelas necessidades imediatas dos explorados, começa a ganhar concretude. Um balanço completo da traição ainda precisará ser feito pela classe operária e demais trabalhadores, mas agora é o momento de retomar a luta, organizar a classe, e partir para o enfrentamento, exigir um plano próprio de emergência que atenda as necessidades dos pobres e miseráveis. É urgente estancar a sangria!

(Observação: esse artigo foi escrito para o Massas 636, de 16 de maio)

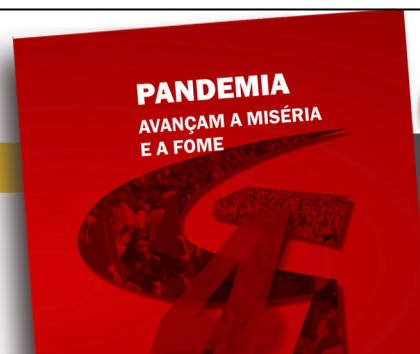
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME



A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Rio Grande do Norte**Boletim Nossa Classe, edição extra**

O Boletim Nossa Classe convoca os operários para a manifestação presencial. Eis:

29 de maio, dia de tomar as ruas, em defesa das nossas vidas e dos nossos direitos

A vida dos trabalhadores está cada vez pior. As mortes pela Pandemia já passam de 450 mil. O preço dos alimentos aumenta toda semana, mas o salário mínimo de R\$ 1.100,00 não dá nem para se alimentar. Já são 14,4 milhões de desempregados, e 6 milhões de pessoas desalentadas (que desistiram de procurar emprego, por não achar). Metade das famílias está com insuficiência alimentar, e 19 milhões de pessoas estão passando fome. Enquanto isso, o número de bilionários no Brasil aumentou, de 45, para 65 pessoas. Em plena Pandemia, enquanto a maioria da população

convive com a fome e a miséria, os ricos estão ficando cada vez mais ricos. Temos de pôr um fim nisso!

O dia 29 de maio está sendo chamado por vários sindicatos, partidos e movimentos de esquerda, como um dia de luta em todo o Brasil, por vacinação, pelo auxílio emergencial e pelo "Fora Bolsonaro".

O Boletim Nossa Classe é contra o governo Bolsonaro, mas entende que o foco da luta não deve ser para pedir o impeachment de Bolsonaro, porque de nada adianta tirar Bolsonaro, se quem assumir será outro politiquês burguês, que governará para os patrões e banqueiros. Nem podemos esperar que nossos problemas sejam resolvidos por algum salvador da pátria nas eleições de 2022. A luta tem de ser agora, nas ruas, e o foco

da luta deve ser a defesa dos empregos, salários, direitos e vacinação imediata.

Chamamos os operários a irem às ruas, no dia 29, para combater a política burguesa do governo Bolsonaro, e também dos governos estaduais e municipais, levantando nossas próprias reivindicações: 1) Nenhuma demissão, nem retirada de direitos; 2) Emprego a todos! Reincorporação imediata de todos os demitidos durante a Pandemia; 3) Aumento salarial já! Por um salário mínimo vital, suficiente para sustentar uma família operária; 4) Por um auxílio emergencial calculado pelos trabalhadores, de acordo com as necessidades reais de uma família; 5) Vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis; 6) Quebra das patentes das vacinas e remédios!

Ceará**Boletim Nossa Classe de maio**

O Boletim traz como política operária o chamado: Abaixo o banco de horas! Pelo pagamento em dinheiro das horas extras trabalhadas! Diz: "Na Sirtex e em outras empresas, os eletricitários reclamam, que tem se tornado muito comum trabalhar para além da sua jornada de trabalho diária. As horas a mais trabalhadas vão se acumulando, na semana e na quinzena, e os próprios trabalhadores perdem de vista quanto tempo trabalha-

ram a mais do que o devido. No final, a empresa concede uma folga ou outra, e assim diz que está pagando estas horas extras trabalhadas. Os eletricitários têm de aguentar calados esse abuso patronal. A raiz desse mecanismo, que só serve para dar mais lucros aos empresários (capitalistas), está na Reforma Trabalhista, aprovada a mando dos patrões, sob o governo Temer. Antes, cada hora-extra trabalhada era contada em dobro para

fins de remuneração. Hoje são simplesmente acumuladas, e os trabalhadores obrigados a trabalhá-las. Defende que o Sindeleiro inicie uma campanha contra o banco de horas e os abusos das empresas, que se recusam a pagar as horas extras. E que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta nas ruas, em defesa dos empregos, salários, saúde e direitos. E pela anulação da reforma trabalhista.

Ceará**Boletim O Proletário**

O Boletim faz a denúncia da situação em que se encontram os bairros operários. Falta tudo: iluminação, calçadas, saneamento básico, etc. Os governantes prometem melhorias durante as eleições e, após o pleito, nada é posto em prática. Mostra a importância da organização dos moradores em comitês de luta, que devem organizar as manifestações de rua em defesa das reivindicações.

O Boletim faz a campanha contra a privatização. Diz que o governo Bolsonaro mente que, com a privatização, os preços da energia irão reduzir. A verdade é que a conta de luz vai aumentar. Os capitalistas, ao se apoderarem da estatal, vão querer obter lucros e, assim, cobrar mais caro. Desde a privatização da Coelce, a conta de luz no Ceará nunca foi tão salgada. Conclui, exigindo que as direções organizem a luta nas ruas contra a privatização.

Por último, o Boletim divulga a formação política, com o tema: O que é Luta de Classes? Mostra que, na sociedade capitalista (baseada no dinheiro, na mercadoria, na grande propriedade privada), não somos iguais. Na base da sociedade, há duas classes sociais fundamentais: de um lado os ricos, a burguesia (os capitalistas); de outro, o proletariado. Estas classes estão em luta perpétua. Trata-se da luta de classes. A burguesia luta para manter o capitalismo, fonte da exploração do trabalho e da barbárie social. O proletariado luta contra essa exploração e pelo fim do capitalismo. Conclui a explicação, dizendo que "apenas com a vitória do proletariado e o fim definitivo do capitalismo, o Brasil terá uma saída para sua crise social e econômica, e os trabalhadores terão vida digna".

São Paulo

Ato em apoio aos grevistas da Petrobrás Biocombustíveis

No dia 24 de maio, os petroleiros da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA), juntamente com os trabalhadores terceirizados da manutenção, realizaram o que eles chamam de “atrasadinha”. O ato foi organizado pelo Sindipetro Litoral Paulista e Sitricon, (construção civil), em solidariedade aos trabalhadores da Petrobrás Biocombustíveis (PBio), que estão em greve nas usinas de Montes Claros/MG, Candeias/Bahia e Rio de Janeiro. Os petroleiros lutam contra as demissões, que irão ocorrer com a privatização. A empresa tenta ludibriar os trabalhadores, com a promessa de que uma parte dos funcionários será mantida com a venda.

A Pbio foi fundada em 2008, e é uma das maiores produtoras de biodiesel do país, com 5,5% de participação de mercado, em 2019. A Petrobrás iniciou a venda da subsidiária em agosto de 2020, como parte do chamado “programa de desinvestimentos”. No momento, o processo de alienação está na fase de recebimento das propostas vinculantes.

A FUP (Federação única dos Petroleiros) levou o problema à justiça, pedindo o cancelamento da venda da subsidiária. Os grevistas pedem para que sejam realocados para outras bases da Petrobrás.

A Atrasadinha é uma atividade que vem sendo mantida pela direção sindical dos petroleiros do Litoral Norte. É uma forma de atividade sindical, que transita entre a formação de uma assembleia e a mera panfletagem. Sendo assim, o ato se organizou de maneira frágil, transitando entre um ato político e uma atividade de panfletagem. Dizemos isso, porque não se configurou de fato uma unificação das pautas entre os dois sindicatos que estavam ali organizando o movimento. Concretamente, os operários atenderam a essa divisão, e permaneceram em grupos esparsos. Não houve, por parte das direções sindicais, um chamado à unidade para ouvir as falas.

O POR atuou colocando a importância da unidade grevista, da resistência às privatizações, aos fechamentos das fábricas, contra o desemprego e a fome. Defendeu a ocupação das fábricas, o Controle Operário, como forma de impedir o fechamento das fábricas que ampliam o desemprego. Colocou também a importância de se erguer, no dia 29 de maio, um verdadeiro Dia Nacional de Lutas, com paralisações e manifestações de rua. Criticou o eleitoralismo, que está por trás da convocação desse dia. E defendeu um programa de emergência próprio dos explorados, que tenha como base a luta pelos empregos, salário, direitos e vacina universal.

Recife

Ato simbólico contra o massacre de Israel ao povo palestino

No dia 15 de maio, na praça do monumento “Tortura nunca mais”, em Recife/PE, ocorreu um ato simbólico em defesa dos palestinos. Foi convocado pela Aliança Palestina, no intuito de ser a concentração para um ato-carreata em Solidariedade ao povo Palestino, como parte dos Atos unificados em defesa de Jerusalém, e em memória da Nakba, pela Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL). A carreata não ocorreu, os que participaram não estavam de carro, comprovando que se trata de um método equivocado. Sabendo que haveria uma concentração prévia, o POR decidiu participar.

As centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares não participaram do ato. O MST fez, dias depois, uma performance. Houve apenas participação de militantes do PSTU, com bandeiras da CSP-Conlutas, que, em fala, disseram estar à disposição para defesa dos palestinos; e a Aliança Palestina, que expressou a violência que os palestinos mais uma vez sofrem, e a importância da resistência.

A fala do POR expressou que a violência imperialista que massacra a Palestina também se manifesta no Brasil. Israel é mais um braço da intervenção do imperialismo norte-americano, o mesmo imperialismo que impõe as contrarreformas e protege os lucros dos monopólios, inclusive com o fechamento de fábricas. A opressão aos palestinos, assim como à maioria dos países atrasados, também se manifesta no bloqueio ao acesso às vacinas, concentradas nos países imperialistas e seus enclaves, como Israel. A nossa solidariedade à Palestina só será consequente quando nos levantarmos contra os interesses imperialistas nas ruas. Por um auxílio emergencial que de fato atenda às necessidades das famílias, combatendo o aumento da fome. Pela vacinação para todos, a começar pelos mais pobres. É necessário que as direções sindicais, partidos e movimentos sociais se coloquem pela construção da frente anti-imperialista, partindo da defesa da vida dos explorados. É preciso romper os métodos passivos das redes sociais. Pela retomada dos métodos presenciais, com um dia nacional de luta, com greves, piquetes e manifestações massivas de rua. Só assim, poderemos responder a opressão e violência dos países imperialistas.

Recife

Manifestação contra o racismo

Em Recife, o ato contra a violência aos negros ocorreu no dia 17 de maio, por conta das fortes chuvas no dia 13, com alagamentos e deslizamentos. Foi convocado pelo movimento negro de Pernambuco, como “Vigília Pelo Fim do Genocídio do Povo Negro”, sob a bandeira: “nem bala, nem fome, nem Covid, o povo negro quer viver”. O ato foi democrático. Contou com a participação de partidos e movimentos populares, que puderam se manifestar. As falas foram intercaladas com manifestações culturais. Ao final, os manifestantes bloquearam momentaneamente a Avenida Agamenon Magalhães, enquanto era despejada tinta vermelha na rua. A Polícia já estava de prontidão para garantir a dispersão, e foi respondida com a palavra de ordem “Polícia fascista, Estado terrorista”. O movimento seguiu as orientações da direção, e foi encerrado sem atrito com os policiais.

Houve fala de alguns parlamentares, como a vereadora Dani Portela (PSOL), que enalteceu a criação da primeira Comissão Permanente de Igualdade Racial e

Enfrentamento ao Racismo, pela Câmara do Recife, e afirmou “*com isso, nós teremos políticas públicas efetivas para a população preta*”. Desta forma, o PSOL expressa sua política pequeno-burguesa de ilusão nos métodos jurídico-parlamentares, mesmo para aqueles que estão cansados de saber que nada podem esperar do Estado burguês, a não ser a ação violenta da polícia.

O POR atuou com banca, distribuição do manifesto “133 anos da Lei áurea”, propaganda do jornal Massas, e fala. Apontando que a chacina em Jacarezinho é mais um motivo para o país estar em chamas, tomando as ruas contra a violência da burguesia e de seu Estado. Que a resposta a Jacarezinho se dê com a retomada urgente dos atos presenciais.

A maioria dos negros sente as consequências do aumento do desemprego, da redução dos salários e do aumento do custo de vida, sendo violentados pela fome e pelos despejos, sendo obrigados a morar nas ruas. Essa situação foi piorada com a Pandemia, mas o método virtual de luta nos desarmou organizativamen-

te para lutar por um plano emergencial próprio dos explorados, e não aceitar as quinquilharias da burguesia. Desarmados, o único auxílio emergencial que temos é o dado como esmola pelo governo fascistizante de Bolsonaro/Guedes, em conluio com toda corja do Congresso Nacional, governadores e prefeitos. A exemplo da prefeitura de Recife (PSB), que recentemente aprovou um auxílio emergencial nos valores de R\$ 50,00 a R\$ 150,00, para os meses de maio e junho, que não dá para garantir o básico. As direções sindicais, sindicatos e movimentos têm responsabilidade na passividade dos explorados, diante da violência do Estado burguês. Que as direções organizem um dia nacional de luta, presencial, nas ruas, com greves, piquetes e retomada dos comitês de luta. Por um plano emergencial próprio dos explorados. Por um auxílio emergencial calculado nas assembleias. Por vacinação para todos, a iniciar pelos pobres e miseráveis. Só assim, poderemos combater a violência contra a maioria negra.

Recife

Estudantes ganham as ruas

No dia 20 de maio, às 15 horas, estudantes da UFPE, UFRPE, UPE, escolas e cursinhos, realizaram ato presencial, rechaçando a aprovação do Orçamento da União, que estabeleceu corte de recursos do Ministério da Educação (MEC). A atividade contou com cerca de 100 pessoas. O ato convocado pela UBES, UNE e ANPG (e entidades locais), teve seu início na frente da Faculdade de Direito do Recife (UFPE). Os dirigentes chegaram atrasados, e só abriram fala uma hora após o início marcado. A militância do POR agitou entre os presentes a necessidade de sairmos em marcha. O PCdoB e Levante Popular da Juventude não queriam sair, e o PCB propôs apenas fazer um “pisca-pisca” com as faixas no semáforo. O POR defendeu que os presentes no ato fossem consultados, mas a direção queria decidir entre representantes das correntes. A partir da atuação da CPE-POR e de militantes do Mangue Vermelho e PDT, com a defesa da importância da saída em marcha pelas ruas, o ato saiu em marcha, sendo finalizado no cinema São Luiz, com um bloqueio da ponte Duarte Coelho e da Av. Conde da Boa Vista. O bloqueio durou cerca de 10 minutos.

Estiveram presentes no ato, a Corrente Proletária na Educação/POR, UJS/PCdoB, UJC/PCB, Mangue Vermelho, Afronte/



Resistência-PSol, Levante Popular da Juventude, Correnteza/UP, JS/PDT e o Rebeldia- PSTU. As pautas que se destacaram nas falas proferidas no carro de som foram: “Não aos Cortes da Educação”, “Fora Bolsonaro” e “Vacina para Todos”. O reitor Alfredo Gomes, da UFPE, esteve presente, sofreu algumas vaias quando iria iniciar seu discurso no carro de som. Entretanto, um militante do Levante fez fala, condenando a vaia ao “companheiro reitor”. Tal fato evidencia a subordinação das correntes e entidades estudantis à burocracia universitária. Vale lembrar

que a direção do DCE boicotou os atos realizados na UFPE contra os cortes da “bolsa trabalho”, demonstrando que é conivente com a reitoria/MEC, que descarrega os cortes sobre os terceirizados e bolsistas.

O ato foi bastante importante, pois, ocorreu no mesmo dia em que houve protestos de rodoviários, greve dos metroviários e manifestação do DCE/UPE por orçamento. Evidenciando a necessidade da unificação das lutas, para que se tenham manifestações massivas, na luta pelo emprego, educação e vacina.

O POR atuou com banca de materiais, fez propaganda dos

materiais e das ideias revolucionárias, panfletou o boletim da CPE/POR, intitulado “Não há mais tempo a perder: romper o imobilismo para combater os cortes na Educação e erguer a luta por empregos, salários e vacina para todos!”, denunciando os cortes e a necessidade de reerguer as lutas. Ademais, foi feita fala, defendendo que o ato ganhasse as ruas, com a defesa prática do retorno das lutas presenciais, por educação, empregos, salários e vacinas para todos, começando pelos pobres e miseráveis. Além da chamada para o ato do dia 29 de Maio, que seja feita uma campanha forte para um ato massivo do movimento estudantil, sindical e camponês.

Boletim da Corrente Proletária – docentes universitários

O Andes-SN, Fasubra, Fenet, Sinasefe e UNE convocaram um dia nacional para 19 de maio. O calendário incluía uma “Live conjunta das entidades da educação, e “Atos públicos performáticos às portas das instituições

educacionais”. Nada poderia ser mais caricato do que essa encenação de luta e mobilização, neste momento tão grave por que passam a educação e os trabalhadores do país. A Corrente Proletária criticou essa conduta das di-

reções, divulgando o Boletim em defesa de um verdadeiro Dia Nacional de Luta, que deve ser preparado por meio de assembleias presenciais e concluído com poderosas manifestações de rua. Eis:

Aos estudantes, professores e técnico-administrativos

Não há mais tempo a perder: romper o imobilismo para combater os cortes na Educação e erguer a luta por empregos, salários e vacina para todos!

A cada dia que passa, a maioria explorada sofre novas perdas. Já passamos de 435 mil mortos, milhões de empregos foram destruídos, os patrões foram autorizados a reduzir os salários em até 70%, o auxílio emergencial é incapaz de tirar milhões da condição de fome e miséria. O número de jovens que nem estudam, nem trabalham, saltou para 35%, no segundo trimestre de 2020, grande parte são meninas e mulheres que arcam com o trabalho doméstico não remunerado, intensificado na Pandemia. Os jovens que trabalham sofrem com a precariedade, informalidade e a escravidão dos aplicativos. A juventude negra é alvo cotidiano da violência policial.

Combater a asfixia financeira da Educação

A Educação também tem sido devastada pela resposta burguesa à crise econômica e pandêmica. O orçamento para o Ministério da Educação (MEC), previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021, sofreu um corte de 27%, em relação a 2020, e por cima de um valor já cortado, padece de um bloqueio de R\$ 2,7 bilhões, autorizado pelo Decreto 10.686, de 22 de abril de 2021. Nos Institutos Federais, o corte atingiu R\$ 770 milhões, o menor valor da década. Vale mencionar que, de 2011 para cá, o número de matriculados passou, de 418 mil, para mais de um milhão de estudantes, nos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação. Para as universidades federais, o orçamento é 18% menor do que o de 2020. O setor sofreu um corte de mais de um bilhão de reais, e a LOA incluiu um condicionamento de 60% do orçamento aprovado, a depender do Congresso Nacional para a liberação da verba. Dos cortes, mais de R\$ 177 milhões correspondem à assistência estudantil. Ou seja, o governo atacou por meio de três mecanismos: corte, condicionamento de liberação ao Congresso Nacional, e bloqueio via decreto. O valor disponível é o equivalente ao orçamento de 2004. De lá para cá, o

número de Universidades Federais passou, de 51, para 69. Desde 2016, o orçamento vem minguando, a Emenda Constitucional 95 (conhecida como do teto dos gastos) deu ao Estado um método de estrangulamento orçamentário dos serviços sociais.

O Ministro da Educação, o pastor Milton Ribeiro, em público, usa os cortes para atacar as medidas de isolamento social, responsabilizando-as pela queda na arrecadação de impostos. Enviou, porém, uma carta ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, em que informa que com o orçamento atual, não há recursos para fazer o ENEM, manter bolsas de pesquisa ou assistência estudantil. Guedes, por seu turno, adicionou à asfixia financeira os velhos ataques ideológicos à rede pública, chegando a dizer que o quadro das universidades é “caótico”, por ensinarem sexo para crianças de 5 anos, com maconha, bebidas, drogas e pela influência de Paulo Freire (!). Não dá para esperar nada desses apelos no interior de um governo que tem como meta a destruição da educação pública. Tampouco podemos esperar algo do Congresso Nacional vendido e corrupto.

O bloqueio de R\$ 9,2 bilhões no orçamento já recortado foi feito para garantir os recursos para as emendas parlamentares, que vão totalizar R\$ 37 bilhões. A conta é fácil de fazer. O que foi tirado de saúde, ciência e tecnologia, Previdência, seguro desemprego, abono salarial e educação, foi direto para o bolso dos políticos vendidos e militares.

Estamos no pico da Pandemia e o orçamento da Saúde caiu de R\$ 160 bilhões executados em 2020 para R\$125,7 bilhões. Postos de trabalho estão sendo destruídos, e ao menos R\$ 26,5 bilhões serão retirados do pagamento de seguro-desemprego, abono e previdência. O Censo Demográfico não terá como ocorrer, pois, o orçamento destinado foi pífilo.

Não podemos perder de vista, porém, que quem abocanha a maior fatia do orçamento da União é o capital financeiro. As

receitas do Estado, para 2021, foram estimadas em R\$ 4,324 trilhões, dos quais R\$ 1,603 trilhão será usado para pagar juros e amortizações da dívida pública.

Os reitores das instituições federais de ensino já avisaram que não há como garantir o funcionamento das instituições até o fim do ano, algumas só têm recursos até maio, nem mesmo o pagamento das contas de energia e água está garantido. Se a decisão sobre as respostas aos cortes permanecer nas mãos das burocracias, o corte de terceirizados, obras, insumos para pesquisa, bolsas e assistência estudantil será radicalizado. Será agravado o caráter excludente do sistema educacional, já intensificado com o Ensino a Distância (EaD) (chamado também de remoto). Aumentará a evasão, uma vez que a grande maioria dos universitários vêm de famílias com menos de 1 salário mínimo per capita. Com a deterioração da renda dos brasileiros, certamente esse contingente se ampliou. O retorno presencial com as condições de biossegurança será ainda mais adiado, considerando a economia feita com o EaD. O privatismo também vai acelerar-se, como via de “complementação” orçamentária. Com ou sem a aprovação do “Future-se”, as reitorias já mercantilizam tudo o que podem, e subordinam cada vez mais a pesquisa e os serviços ao mercado. As burocracias universitárias têm feito atos virtuais e apelos a parlamentares, para complementar o orçamento. Não dá para esperar nada das reitorias que, ano após ano, se adaptam ao privatismo.

Fazemos um chamado às centrais, sindicatos, movimentos populares e estudantis, correntes políticas, para convocarem a formação de comitês de luta e assembleias populares para preparar o dia 29 de maio. Que a data seja um dia de luta pra valer, que demarque a virada na recuperação do movimento operário, camponês, popular e estudantil.

Romper o imobilismo, retomar as lutas presenciais!

No dia 18 de março de 2020, haveria uma greve nacional da Educação, em unidade com o funcionalismo, contra a reforma administrativa e outros ataques. Se, naquela data, havia motivos para lutar, no momento atual, eles se multiplicaram. Como explicar então a quase total ausência de lutas? A resposta deve ser buscada na política adotada pela burguesia no enfrentamento à Pandemia. Houve uma divisão inicial entre “negacionistas” e os governadores, que diziam defender a ciência. Foi aplicado um isolamento social parcial e descoordenado, minado pelas pressões do poder econômico. As direções dos movimentos sindicais, populares e estudantis se alinharam com os governadores, capitaneados por Dória, e fizeram da defesa do “Fique em casa” a prioridade absoluta, ao ponto de fechar os sindicatos e entidades, desmarcar o dia nacional de lutas, e substituir os métodos presenciais por virtuais. No máximo, promoveram ações assistenciais ou “simbólicas”. Passados 14 meses de Pandemia, comprova-se a total incapacidade da burguesia de proteger a vida da maioria explorada, pelo simples motivo de que a classe dominante tem como prioridade defender seus lucros. Assim, sob a política subordinada ao poder econômico, não tinha como aplicar a ciência, contrariar os interesses da rede hospitalar privada, quebrar as patentes, e destinar os recursos econômicos,

para salvar vidas.

Desde o início, a defesa da vida e dos empregos da maioria dependia de uma resposta com independência de classe, de um plano emergencial próprio. E, para que ele fosse imposto à burguesia e seu governo, era preciso recorrer aos métodos da ação direta: comitês e assembleias nos bairros, greves e manifestações. Os meios virtuais não servem para esta finalidade, por isso, o governo fica tão à vontade para seguir atacando.

A passividade se escondeu por trás da máscara do combate ao vírus, porém, nas eleições, todas as correntes eleitoreiras se lançaram nas aglomerações nos bairros e feiras para caçar votos. Revela-se que o abandono das ruas é a outra face da moeda do desgaste eleitoral, tendo em vista as eleições de 2022. A manutenção de Bolsonaro no poder é fruto direto da conciliação das direções.

Recuperar as forças do movimento operário, camponês, popular e estudantil

Mesmo sob a Pandemia, porém, as lutas não cessaram: os levantes antirracistas nos EUA impulsionaram grandes manifestações em vários pontos do mundo. No Brasil, as torcidas de futebol se ergueram contra o autoritarismo de Bolsonaro. Trabalhadores da saúde e transporte protagonizaram greves e manifestações em várias cidades do país, a greve dos Correios denunciou o corte de direitos e o privatismo, e as greves operárias da Renault e LG, por exemplo, expuseram a resposta ao fechamento de fábricas e demissões. Todas essas lutas, porém, ficaram isoladas, e foram derrotadas.

Na Educação, o abandono da luta presencial e a realização, no máximo, das “greves sanitárias”, têm possibilitado que os privatistas avancem com facilidade. E, a imposição do retorno presencial acaba se concretizando em meio a movimentos que, na realidade, não passam de boicotes individuais ao retorno, incapazes de ampliar o apoio da população e ganhar as ruas, para impor ao governo um plano próprio para a educação. Já passa da hora de mudar esse método. Fazemos um chamado às centrais, sindicatos, movimentos populares e estudantis, correntes políticas, para convocarem a formação de comitês de luta e assembleias populares para preparar o dia 29 de maio. Que a data seja um dia de luta pra valer, que demarque a virada na recuperação do movimento operário, camponês, popular e estudantil.

Enquanto, no Brasil, o 1º de Maio das centrais só existiu no mundo virtual, em vários países da Europa, Ásia e América Latina, as massas se levantaram, inclusive passando por cima de suas direções. Para defender a Educação pública, com financiamento integral por parte do Estado, conforme o cálculo feito pelas Assembleias Gerais Universitárias, será necessária uma forte organização de estudantes, técnico-administrativos, professores e terceirizados. É preciso combater as demissões de terceirizados, defendendo sua efetivação e equiparação de direitos. É preciso garantir todas as condições de permanência aos estudantes. Não aos cortes de bolsas. Bolsonaro amplia seu autoritarismo, militarismo e o controle sobre as instituições de ensino. Não se pode fechar os olhos para o fato de a direita burguesa e pequeno-burguesa estarem em posição de conquista de posições no movimento estudantil e nas universidades. É preciso uma forte organização para expulsar os 20 interventores, e avançar na defesa de um governo tripartite (de estudantes, professores e técnico-administrativos), subordinado à Assembleia Geral Universitária.

A luta pela educação pública choca-se com o imperialismo, de onde emana o privatismo e o saque de recursos, por meio da dívida pública. É preciso ampla unidade com todo o funcionalismo, para pôr abaixo a contrarreforma administrativa, as privatizações, e erguer a luta contra o pagamento da dívida pública. Mais do que isso, é urgente a ampla unidade da juventude, camponeses e classe operária, em torno de um programa emergencial próprio, que coloque em primeiro plano a defesa de emprego para todos, com a divisão das horas de trabalho entre

todos aptos a trabalhar; salário mínimo vital, suficiente para as despesas de uma família, calculado pelas assembleias populares; e vacina para todos, começando pelos pobres e miseráveis, mais expostos aos efeitos letais do vírus. (...)

Chega de imobilismo! Chega de “mobilização virtual”! Exijamos a organização da luta para fazer frente ao corte de verbas, para lutar pela vacinação universal, para garantir a defesa dos empregos, dos salários e da condição de vida das massas!

Sinasefe:

Passividade das direções sindicais promove conformismo da categoria diante dos cortes de verbas e naturalização do EaD

Na 166ª Plenária nacional do SINA-SEFE, virtual, com número controlado de participantes, a direção deu um claro sinal de suas intenções para o próximo período: manter a categoria represada na virtualidade, passiva e dependente das negociações com o Congresso e o Senado. Maior prova disso: o principal “avanço” de tal plenária parece ter sido o “Manual para aumento de engajamento nas redes sociais”, uma pseudo fórmula, para focalizar a disposição da categoria na direção errada, e facilmente ignorada pelos governos, parlamentares e capitalistas. Esses últimos avançam de forma rápida em seus interesses, ditando a permanência de atividades remotas, não com vistas a proteger vidas, mas para conformar as autarquias federais da educação para a permanência de atividades remotas, economia de gastos via Ensino a Distância (EaD), a adaptação às verbas pífias aprovadas e passo a passo, ir se alinhando ao que propõe o “Future-se”. (...)

Precisamos organizar comitês dentro das IFES: convocando os CAs, Coletivos de Estudantes, terceirizados, técnico-administrativos, professores e comunidade para retomar uma assembleia real de luta, que pautar a urgência de garantir as bolsas de estudo e pesquisa, a assistência estudantil dentro das IES, o financiamento integral, e uma real democracia dentro das universidades e institutos.

Rio Grande do Norte

Boletim da Corrente Proletária na Educação

O Boletim da Corrente Proletária na Educação, publicado no final de maio, traz a denúncia do aumento da terceirização na educação. Diz que o processo de terceirização tem crescido no Brasil, e que no Rio Grande do Norte não é diferente. Em vários setores de serviços, há trabalhadores terceirizados que exercem, muitas vezes, a mesma função dos efetivos. No entanto, os contratos são precários, e os salários também mais baixos. Ainda mais, os terceirizados ficam sujeitos aos contratos por tempo determinado, às demissões e perseguições. A exemplo do que ocorre com os merendeiros efetivos e terceirizados. Esses últimos sofrem a pressão das empresas e dos diretores de escolas.

A Corrente Proletária esteve em escolas onde os serviços de limpeza, merenda e portaria são executados pela empresa Interbrasil. A Interbrasil, além da exploração e dos miseráveis salários, ainda atrasa o pagamento. A discriminação chega ao ponto de os diretores de escolas impedirem que os terceirizados utilizem o fogão para esquentar as marmitas, e o chuveiro para tomarem banho.

A Corrente Proletária faz campanha para que as direções sindicais, no caso dos sindicatos da educação, organizem a luta contra a terceirização. Que exijam da governadora do PT a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados que atuam nas escolas públicas. Que convoquem assembleias presenciais, para unir os efetivos e terceirizados. Que levantem a bandeira de “trabalho igual, salário e contratos iguais”.

São Paulo

Correntes estudantis exigem a convocação da assembleia geral

Na USP, se constituiu uma frente em defesa da convocação da Assembleia Geral, de modo a responder ao destrutivo ensino a distância. Essa frente é composta pelo POR, FOB e TL. Até o presente momento, foram encaminhadas duas cartas às direções do movimento. Reproduzimos uma de suas passagens:

“Na primeira carta, apontamos alguns elementos sensíveis aos estudantes, como o caráter destrutivo do ensino a distância, e as condições econômicas, sanitárias, emocionais e psicológicas tão atacadas pela Pandemia, pelo desemprego, pelos salários arrachados, pela carestia de vida, pela violência policial, dentre outros. A universidade não se estrutura apartada da sociedade, mas é parte integrante dela, assumindo as formas e o conteúdo que a classe dominante, a burguesia, lhe impõe. Em seu seio, manifestam-se, sobre o conjunto dos estudantes, todos os fenômenos sociais observados fora da universidade, e, a contar que estamos diante de profundas crises econômica e sanitária, torna-se inadmissível que a vida acadêmica siga seu curso, sem o posicionamento explícito do movimento estudantil (...).”

As correntes PT e PCdoB, que compõem a gestão Nossa Voz, no entanto, se mantêm caladas. Insistimos na exigência de que se retomem os fóruns deliberativos do movimento estudantil, que são assembleias presenciais e democráticas.

São Paulo**Cresce a presença da PM dentro da USP. Direções se mantêm passivas**

Diante do avanço da PM no campus, a exemplo da instalação de uma base ao lado do CRUSP, o DCE (PT e PCdoB), a Amorcrusp e diversos CAs e organizações políticas, além de alguns independentes defenderam, em uma reunião virtual, organizar uma campanha de “conscientização” sobre a presença da PM na USP, atuando sobretudo por meios virtuais. Algumas correntes políticas de oposição destacaram a importância de convocar uma assembleia geral dos estudantes, sem deixar claro se deve ser virtual ou presencial, e organizar ações mais concretas em resposta à presença da PM no campus. Uma diretora do DCE defendeu a inviabilidade de realizar ações presenciais para responder ao problema da polícia na universidade. Outros falaram em esperar a Pandemia acabar, para retomar a luta. O POR foi a única organização que, além de defender com maior ênfase a retomada

da ação direta, destacou a necessidade de reconstituir as assembleias presenciais.

No dia seguinte à reunião, a direção do DCE convocou uma assembleia geral dos estudantes, porém de forma virtual. Na convocatória, sequer cita o problema da presença da PM na USP. Trata-se de uma “assembleia” para discutir genericamente os cortes na educação e o negacionismo. Não se opõe à presença da PM no campus. Certamente, procuram não se indispor com a reitoria, dita, em outros momentos, como aliada política contra Bolsonaro.

A presença da PM no campus da USP não deve ser vista como um caso isolado. Ainda em 2020, a letalidade policial aumentou em 70% na região metropolitana de São Paulo. Em maio deste ano, a chacina policial ocorrida na comunidade de Jacarezinho, no Rio de Janeiro, alcançou o número de 27 mortos. O ato ocorrido na Paulista, em 8 de maio, em resposta à cha-

cina, terminou com a prisão de 2 rapazes, que foram espancados pela polícia.

Esses, dentre diversos outros episódios, expressam o processo de ampliação do aparato repressivo do estado, que também se projeta, em particular, sobre a universidade. Trata-se de uma necessidade da burguesia e de seus governos, de constituir meios para suprimir fisicamente qualquer resistência frente à sua tentativa de descarregar o peso da crise sobre os explorados, preservando seus lucros. A exemplo dos cortes orçamentários da pasta de Educação, que poderá levar ao fechamento de várias universidades.

É imediata a necessidade de retomar a luta ativa contra a presença da PM no campus, o avanço do privatismo e da precarização do ensino (sobretudo por meio do EAD) e em defesa da permanência estudantil. O que implica a convocação de assembleias presenciais.

São Paulo**Boletim da Corrente Proletária na Educação**

Após as discussões ocorridas na reunião da Corrente Proletária, de 16 de maio, foi divulgado um Boletim, explicando os ataques de

Doria à educação e aos professores. Diz que o governador aproveita a Pandemia para ampliar o PEI, aplicar o “Novo Ensino Médio”,

aprofundar o Ensino a Distância, avançar o processo de privatização, e golpear os cursos noturnos. Eis o seu chamado:

Somente a luta coletiva e massiva nas ruas poderá derrubar os projetos elitistas, privatistas e de destruição do ensino público

É preciso unificar os estaduais, os municipais de SP e o conjunto dos explorados na luta em defesa dos empregos, salários, direitos,

saúde pública e pela vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis;

Que a Apeoesp convoque imedia-

tamente uma assembleia presencial da categoria, para organizar a resistência coletiva.

Reproduzimos algumas passagens:

O PEI é elitista, privatista e gera desemprego

Uma lista com mais de 1.200 escolas foi divulgada, oficialmente. Além dessas, há outras que estão sendo forçadas a assumir o projeto, e não estão na lista oficial. Estas se somarão às 1,080, já implantadas desde 2012. Esses números somados correspondem a quase metade da rede estadual. A novidade é que será feito de forma híbrida (combinando aulas presenciais e on-line). (...)

São vários os problemas gerados pelo projeto, dentre eles:

- 1) Esse projeto expulsa os estudantes das escolas, porque a maioria da juventude oprimida precisa trabalhar ou fazer cursos no contraturno. Assim, acaba obrigando a que procure vaga em locais distantes de sua moradia. Com certeza, será um motivo para que os estudantes desistam dos estudos;
- 2) Todas as escolas que aderiram ao PEI tiveram seus cursos no-

turnos, seja regular ou EJA, extintos. Agora, com seu término às 21h30, o ensino noturno ficará totalmente inviabilizado. O que afeta diretamente o estudante trabalhador, ou que está procurando trabalho;

- 3) Para os professores, a consequência será mais desemprego. Os professores da categoria “O”, que não possuem estabilidade, não terão aulas nas unidades que não são PEI. Isso, porque somente os efetivos e da categoria “F” podem se candidatar a uma vaga nesse projeto. O fechamento do noturno também reduzirá a quantidade de aulas;
- 4) Como o salário é baixo, muitos são obrigados a trabalhar em duas e até três redes. Como o regime do PEI é integral (40h), o acúmulo de cargos dos professores fica inviabilizado. Os que

não se adequam são removidos “ex-officio”, podendo ir para escolas longe de sua moradia, ou são forçados a disputar lugar em outras escolas, no período de atribuição. Isso gera um efeito cascata, com a saída de professores por terem ficado adidos em suas unidades de origem.

O “Novo” Ensino Médio é igual ao “velho”

Com o prazo para a implantação na Reforma do Ensino Médio apertando, os estados correm para cumprir a tarefa determinada pela Lei 13.415, aprovada durante o governo Temer, em 2017. Em SP, o governo Doria avança a passos largos, com a imposição do Inova, com o enorme avanço do PEI, e agora como o “Novo Ensino Médio”. Este é parte do Programa Educa São Paulo. (...)

Argumentos falaciosos

O governo diz que a ampliação da jornada de estudos vai fazer com que o estudante aprenda mais. Falso! As experiências já feitas com o ensino de tempo integral já provaram que só fazem o jovem ficar mais tempo na mesma escola falida de sempre.

A propaganda de Doria afirma que as mudanças tornarão o ensino mais atrativo, mais próximo da realidade do estudante. Falso! O ensino continuará memorístico e desvinculado da prática.

O governo justifica que o estudante, assim, poderá utilizar o período inverso para trabalhar. Falso! A realidade é que os horários inviabilizam a permanência do jovem na escola, pois, a necessidade de trabalhar acaba se sobrepondo.

Doria e Rossieli dizem que os estudantes se tornarão “protagonistas” do próprio aprendizado. Falso! A “escolha” do itinerário formativo está condicionada à oferta daquele itinerário.

No discurso do governo, o estudante concluirá o ensino médio “mais preparado para o mundo do trabalho”, pois, poderá escolher o itinerário formativo profissional e poderá obter um certificado. Falso! O discurso do governo é uma afronta, pois, responsabiliza a própria juventude pela miséria, como se o problema fosse uma suposta “falta de qualificação” (...)

Posição da Corrente Proletária na Educação:

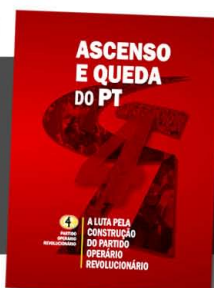
1) Nenhuma reforma ou programa de governo poderá ser derrotado sem luta. A direção da Apeoesp rejeita a convocação de assembleias ou reuniões presenciais, para que os professores possam decidir como enfrentar tais medidas de Doria. Tem utilizado as formas virtuais para comunicar a ofensiva do governador e do secretário da Educação contra os professores e a educação pública. Os resultados têm sido desastrosos. Individualmente, por escola, apesar do esforço dos

professores mais conscientes, tem sido impossível enfrentar os porta-vozes das Diretorias de Ensino. Alguns diretores de escola usam as redes sociais para inflar pesquisas fraudulentas junto aos pais, para a adoção de projetos privatizantes. Outros, formam conselhos de escolas com professores, pais e estudantes alinhados com os diretores de escola. E, diante dos prazos estipulados pela Secretaria da Educação, 15 de junho, correm para forjar atas favoráveis ao PEI, EJATEC etc. A Udemo, Afuse e outras entidades sindicais estão caladas, deixando os diretores e funcionários de escola à mercê da propaganda enganosa de Doria.

A realidade educacional é dura. O ensino reflete a base material da sociedade, a desagregação do sistema capitalista. A burguesia e seus governantes se mostram incapazes de resolver o grave problema educação. Isso, por que não pode garantir uma educação voltada à produção social, o vínculo dos estudos com o trabalho.

- 2) Após a promulgação da nova LDB/96, assistimos uma decadência em queda livre do Ensino Médio. Foram 25 anos de sucateamento, promovido pelos governos de todos os níveis, do federal aos municipais. Os cortes constantes de verbas, para pagar juros de dívidas com bancos nacionais e internacionais, mostraram a verdadeira face da política educacional, que é privatista. Volta e meia, é discutida pelos reformistas e intelectuais da burguesia como amenizar essa destruição da educação. Em 2014, foi aprovado o PNE, no governo Dilma/PT. Indicou que caberia aos governos estaduais e municipais elaborarem Planos Estaduais e Municipais, para pôr em prática os objetivos contidos no documento. Alckmin/PSDB, em 2016, antes de sair do governo, deixou pronto o Plano Estadual da Educação, que contou com a colaboração dos sindicatos da educação e entidades estudantis. Depois do golpe de Estado, que derrubou Dilma, Temer, em 2017, por meio do Conselho Nacional de Educação, aprovou a BNCC – Base Nacional Comum Curricular –, acrescentando na grade curricular o Itinerário Formativo. Esse Itinerário Formativo serviu para alimentar a falsa ideia de que a escola vai preparar o aluno do ensino médio para o mercado de trabalho, e que ele terá o direito “democrático” de optar pela área de formação profissional. Uma fraude, colocada em plena crise econômica, onde prevalece o aumento do desemprego no país.
- 3) A realidade educacional é dura. O ensino reflete a base material da sociedade, a desagregação do sistema capitalista.

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS



A burguesia e seus governantes se mostram incapazes de resolver o grave problema educação. Isso, por que não pode garantir uma educação voltada à produção social, o vínculo dos estudos com o trabalho. Em um país em que 14 milhões de 18 a 29 anos não estudam, nem trabalham, e em que o desemprego está nas alturas, não há reforma educacional que possa resolver essa catástrofe. Assim, os programas e projetos educacionais são apenas medidas para reduzir a responsabilidade do financiamento da Educação por parte do Estado. Os de Doria visam a ajustar os recursos à educação à PEC do Teto dos Gastos. Portanto, cortar gastos com os serviços essenciais, e entregar parte deles à iniciativa privada. No caso da Educação, às empresas administradoras do EaD. Lembremos que a maior parte de tudo que se arrecada (impostos) é destinada ao pagamento da dívida

pública. Está aí por que dizemos que a luta consequente contra os projetos de Doria, que envolve trabalhadores da educação, pais e estudantes, obriga a enfrentar as reformas antinacionais e antipopulares da burguesia e seus governantes.

- 4) Essa luta se inicia com as reivindicações fundamentais: defesa do emprego, salário, não fechamento de escolas, redução do número de alunos por sala (no máximo 25 alunos), fim da terceirização (efetivação de todos os funcionários terceirizados), fim do EaD, contra as parcerias público-privadas. E o método só pode ser o dos explorados: assembleias presenciais, manifestações de rua, greves, ocupações, etc. Nesse sentido, é preciso rechaçar os métodos parlamentares, judiciais e virtuais, por serem estranhos à luta dos trabalhadores.

Rondônia

QUE AS DIREÇÕES SINDICAIS SAIAM DA PASSIVIDADE E ORGANIZEM A LUTA CONTRA OS ATAQUES DO PREFEITO HILTON CHAVES

O prefeito de Porto Velho, Hildon Chaves/PSDB, desde que assumiu a prefeitura, vem atacando o servidor municipal. Primeiro, tentou retirar os quinquênios, mas teve de enfrentar uma luta massiva, que envolveu todas as categorias dos servidores municipais, obrigando-a a recuar. Em janeiro de 2019, procurou terceirizar o serviço da saúde básica do município, mas a mobilização dos trabalhadores da Saúde e servidores a fizeram novamente recuar. Em 2020, alegando a Pandemia, criou decretos cortando direitos do funcionalismo, como as gratificações. Aproveitou para investir contra o Instituto de Previdência (IPAM), que abarca também a assistência médica. Aumentou as alíquotas da assistência e Previdência, e congelou os salários dos servidores. Hoje, o instituto está sobrevivendo à custa do saque do salário dos servidores. Sem falar da volumosa dívida que a prefeitura e Câmara têm com o instituto. Por último, no dia 25 de maio, prefeito e Câmara de Vereadores aprovaram um projeto que extinguem cargos do quadro de apoio técnico, administrativo e operacional, como as funções de arquitetos, engenheiros ambientais, engenheiros agrônomos, técnicos de regulação

e, ainda em outras esferas, os ajudantes de pedreiros, borracheiros, cozinheiros, mestre de obras, recepcionistas e garis. Usam como justificativa, para eliminar esses postos de trabalho, o enxugamento da folha de pagamento.

Na realidade, está implantando a reforma administrativa, que congela salários, elimina postos de trabalho e direitos e extingue os concursos. No lugar do funcionalismo público, serão contratadas empresas privadas, que sugam os cofres públicos e arrancam o sangue do trabalhador terceirizado.

Enquanto as direções sindicais fecham os sindicatos e se recusam a organizar a luta, o prefeito e os vereadores avançam contra o funcionalismo. Dos três sindicatos de servidores municipais, há um que é dirigido pela vereadora do PCdoB, que reúne a maioria dos garis, e que não move uma palha contra o brutal ataque aos garis.

Os militantes da Corrente Proletária da Educação/POR denunciam a passividade das direções sindicais e exigem que convoquem as assembleias unificadas presenciais do funcionalismo municipal, para aprovar uma verdadeira luta contra os ataques do prefeito.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

n° 10
ago 2020

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

Trotskismo e a obra de Guillermo Lora

Transcrevemos a primeira parte da entrevista ao Canal Mesa de Debates, dirigido por Guilherme, sobre o trotskismo e a obra de Guillermo Lora. Devido ao espaço, publicaremos a segunda parte no próximo número do jornal Massas. O convite de Guilherme coincidiu com os 12 anos do falecimento de Lora. A entrevista foi realizada no dia 21 de maio, o que nos permitiu prestar homenagem ao dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia.

Guilherme:

Olá a todos, olá a todas que estão nos assistindo neste momento, meu nome é Guilherme, hoje faço parte do canal Mesa de Debates, e vamos dar continuidade às discussões em relação ao pensamento de Leon Trotsky, e também às suas vertentes.

Para quem estiver assistindo a esse vídeo, no dia 21/05, sexta-feira, viu que, no período da tarde, eu subi um vídeo debatendo a respeito do trotskismo e da tendência morenista. E agora, no período da noite, do mesmo dia, vou fazer o mesmo debate sobre o pensamento de Trotsky e de Guillermo Lora. Uma figura importante do trotskismo, pós Trotsky. E, para isso, trouxe novamente o Erson, um amigo meu, para trocarmos ideias. O Erson é militante do Partido Operário Revolucionário (POR). Inclusive, conviveu com Guillermo Lora.

Guilherme:

Erson, conforme a gente combinou, eu queria que começasse explicando qual é a importância de resgatar o pensamento do trotskismo, nesse momento de crise.

Erson:

Antes de fazer a primeira colocação geral sobre esse ponto, gostaria, se você permitir, de prestar uma homenagem inicial ao dirigente do POR da Bolívia, Guillermo Lora, que faleceu no dia 17 de maio de 2009, portanto há 12 anos de sua morte. Todos os anos, publicamos materiais, fazemos debates, dada a importância do trabalho do Lora para o marxismo-leninismo-trotskismo. Quero, inicialmente, falar aos seus espectadores sobre o reconhecimento que o POR do Brasil tem, em relação ao trabalho de Guillermo Lora.

Na parte de discussão sobre Lora, volto à nossa homenagem.

Guilherme:

Sim, inclusive, apesar das diferenças que tenho, acho que o POR traz importantes contribuições, assim como os outros que debateram aqui no canal. Guillermo Lora, presente!

Erson:

Veja Guilherme. Com a decomposição e estilhaçamento da IV Internacional, na década de 1950 e de 1960, parece que a IV Internacional teria perdido a sua vigência, uma vez que não

pôde implantar-se, como se implantaram as demais internacionais. Falamos da I, II, e, principalmente, da III Internacional, que construiu o Partido Mundial da Revolução Socialista. A revisão no interior da direção da IV, depois da morte de Trotsky, em 1940, duas décadas depois, uma posição no interior da direção decidiu que o estalinismo poderia ser um instrumento da revolução. Da caracterização de Trotsky, de que o estalinismo era uma corrente contrarrevolucionária e restauracionista, passou-se a que seria progressista. Essa alteração gestou uma

“Então, por isso você pergunta nos termos de uma retomada do trotskismo. Mas, na realidade, o trotskismo nada mais é que a continuidade dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista, dirigida por Lênin e Trotsky. O fato de a IV Internacional ter se constituído nas condições de retrocesso burocrático do Estado Operário Russo, na deformação profunda do partido Bolchevique, e, finalmente, a liquidação da III Internacional – o que ocorreu mais tarde, em 1943, três anos depois do assassinato de Trotsky por um agente de Stalin – fez com que enfrentasse poderosas dificuldades para se implantar como Partido Mundial.”

crise na IV Internacional, e, conseqüentemente uma divisão, e depois um estilhaçamento das frações em muitos grupos. Então, por isso você pergunta nos termos de uma retomada do trotskismo. Mas, na realidade, o trotskismo nada mais é que a continuidade dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista, dirigida por Lênin e Trotsky. O fato de a IV Internacional ter se constituído nas condições de retrocesso burocrático do Estado Operário Russo, na deformação profunda do partido Bolchevique, e, finalmente, a liquidação da III Internacional – o que ocorreu mais tarde, em 1943, três anos depois do assassinato de Trotsky por um agente de Stalin – fez com que enfrentasse poderosas dificuldades para se implantar como Partido Mundial. O Programa de Transição estabelecia o guia seguro, mas necessitava materializar-se na penetração no seio das massas, por meio de seções vinculadas ao proletariado de cada país. Nessa contradição, expressava-se a fortaleza do programa e a fraqueza organizativa. Dificuldades que estavam previstas por Trotsky, e contra as quais lutou, desenvolvendo as posições programáticas do internacionalismo, e estabelecendo uma sólida crítica marxista ao revisionismo estalinista. A IV Internacional nascia em um momento de guerra, contudo, sem ter como erguer os partidos revolucionários vinculados ao proletariado. Eis por que a IV Internacional nasceu mais como programa, que é o Programa de Transição. Esse programa foi fundamental para a conservação das conquistas do internacionalismo proletário, uma vez que deu continuidade ao programa dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional, e resultou do combate de Trotsky à revisão do marxismo-leninismo pelo estalinismo, com a sua política de construção do “socialismo em um só país” E, depois, em meio à Segunda Guerra, por meio da política de colaboração pacífica com o imperialismo. Então, tem-se a falsa impressão,

a falsa ideia, de que é preciso retomar o trotskismo. A questão não é a de retomar o trotskismo. O trotskismo não precisa ser retomado, uma vez está sintetizado em toda a luta de Trotsky contra a estalinização e o processo da restauração capitalista, e está consubstanciado no Programa de Transição. É preciso, isto sim, realizar a tarefa de reconstruir a IV Internacional, que se desintegrou. Não é que se trate de recuperar o trotskismo. O trotskismo nunca se perdeu. Diferentemente das outras internacionais, a revisão que houve no seio da direção da IV, liderada por Michel Pablo, pelos pablistas, não chegou a realizar uma traição prática, uma vez que a direção não expressava, nos acontecimentos, capacidade de interferir no curso da luta de classes. A IV Internacional simplesmente desmoronou organizativamente, sem que Programa da IV Internacional fosse substituído por qualquer outro. Temos, portanto, a tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, reconstruindo a IV Internacional. O seu reerguimento depende da construção de partidos verdadeiramente marxista-leninista-trotskistas. Aqui, no Brasil, procuramos cumprir essa tarefa, como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Guilherme:

Você falou de construir os partidos leninistas trotskistas, revolucionários, aqui no Brasil. Mas, antes da gente começar, o que se percebe é uma enorme divergência entre esses partidos. Se houvesse um acordo em comum, acredito que esses partidos estariam juntos, não existiria um monte de partidos, em um monte de lugares. A pergunta que faço, primeiramente, a respeito disso, é sobre o porquê dessas diferenças. Queria que você entrasse um pouco mais nesse trotskismo pós Trotsky, para chegarmos a Guillermo Lora.

Erson:

Você parte de uma constatação, que é a do estilhaçamento do chamado movimento trotskista em várias correntes. Vemos que uma determinada corrente acaba gerando outras cisões, e assim se vai multiplicando o número. É uma quantidade enorme de correntes que se reivindicam do trotskismo. A questão é por que se passa dessa maneira. É preciso procurar a raiz do problema. Demonstrei, logo no começo de minha exposição, que houve uma revisão no interior da IV Internacional. Apesar do fracionamento da direção e da crítica ao pablismo, realizada corretamente pela OCI (Organização Comunista Internacional) francesa, liderada por Pierre Lambert, não resultou na preservação da IV Internacional. Apesar dos lambertistas estarem com a razão, diante do SU (Secretariado Unificado) pablista, do qual fez parte a corrente de Nahuel Moreno, não foram capazes de evitar que a cisão se conver-

tesse em desintegração da IV Internacional. A OCI fracassou, diante da tarefa de derrotar o revisionismo e solidificar uma direção que estivesse à altura de herdeira do marxismo-leninismo-trotskismo. Isso se deveu, principalmente, a que a organização francesa não ter se implantado no proletariado. Não se pode esquecer de que o partido dirigido por Lambert era um dos pilares da IV Internacional, e acabou sendo responsável pelo combate ao revisionismo pablista. Essa cisão, que poderia ser uma cisão que mantivesse em pé a IV Internacional, não foi capaz de revelar a raiz de onde germinou o revisionismo da IV Internacional. De onde veio o revisionismo de Pablo? Veio exatamente do fato de que as seções da IV Internacional não se tinham tornado partidos-programa. Não basta reivindicar o Programa de Transição. É preciso aplicá-lo nas condições concretas de cada país. Nós estamos obrigados a construir, a formular, o programa da revolução, nas particularidades do nosso país. Essa é, inclusive, uma das grandes lições, uma das grandes teses de Guillermo Lora. Então, esse é o primeiro aspecto, essa IV Internacional que se desintegrou, não tinha partidos, de fato, penetrados no proletariado de seus países. Em consequência desse fato, as inúmeras correntes que resultaram

do estilhaçamento levaram essa herança negativa, nefasta, e não se colocaram por construir os partidos baseados na elaboração do programa em seus países, que implica um conhecimento das leis históricas, não só gerais, mas também das particularidades de seus desenvolvimentos. Há uma negativa das correntes em constituírem o partido que tenha um programa claro e preciso. Daí vem outro argumento. Houve uma renúncia, às vezes de maneira mais ou menos clara, mais ou menos oculta, da estratégia revolucionária. A estratégia revolucionária é exatamente a ditadura do proletariado. Sem a estratégia da ditadura do proletariado, não se tem o fundamento básico da revolução proletária de nossa época. Então, houve uma renúncia enorme

de todas as correntes em ter clara a estratégia da revolução e da ditadura do proletariado. Eis por que as correntes que se reivindicam do trotskismo têm mais de centrismo, que de marxismo. É por meio do programa que se deve entender e explicar a pulverização do denominado campo do trotskismo em inúmeras correntes, que passaram a compor o campo do centrismo, portanto, distante e oposto ao do marxismo-leninismo-trotskismo. Em se tratando do campo do centrismo, a única possibilidade de que haja a recuperação se limita a uma parcela que seja capaz de realizar uma severa autocrítica, e colocar-se por entender o processo de estilhaçamento da IV Internacional e as formas que assumiram os centrismos. Essa é a situação em que aumentam as dificuldades para uma convergência entre essas correntes.

“De onde veio o revisionismo de Pablo? Veio exatamente do fato de que as seções da IV Internacional não se tinham tornado partidos-programa. Não basta reivindicar o Programa de Transição. É preciso aplicá-lo nas condições concretas de cada país. Nós estamos obrigados a construir, a formular, o programa da revolução, nas particularidades do nosso país. Essa é, inclusive, uma das grandes lições, uma das grandes teses de Guillermo Lora.”

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Nesta edição:

- **Chile:** Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução, a IV Internacional.
- **Bolívia:** Viva a ocupação da fábrica “San Luis”.
- **Ecuador:** O novo governo é a criatura política da desagregação do nacional-reformismo.
- **Palestina:** Combater as manobras imperialistas com o programa e métodos da luta de classes.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Chile

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução, a IV Internacional

Chile, na encruzilhada entre a ilusão reformista na Assembleia Constituinte, ou a retomada da luta revolucionária, para acabar com a miséria e a opressão capitalista

O pleito mostra uma queda significativa do número de eleitores, em relação às eleições de outubro, mal ultrapassando 42% dos aptos a votar. Um setor majoritário da população deu as costas à supereleição. Fracassou a manobra de dois dias de votação, e a junção com a eleição de governadores, prefeitos e vereadores. É uma forte derrota eleitoral para a direita, e para o regime político como um todo.

Nas eleições de outubro, em uma lista de quase 15 milhões com direito a voto, havia 7.150.000 votos válidos. Nessas eleições, o número de eleitores caiu para 6.200.000, e o número de votos válidos caiu para 1.400.000 (descontando 500.000 votos nulos e em branco). Apenas 5.700.000 votos válidos, em dois dias.

A falta de entusiasmo nas eleições, ou desconfiança da maioria, depois de mais de um ano de campanha pelos constituintes, combinou com a luta das massas, que não abandonaram os métodos de ação direta contra o regime. A mais recente, a luta por uma aposentadoria adicional de 10%, com um destacado papel dos estivadores, é um claro sinal do ânimo das massas.

Este é o aspecto essencial do balanço. A manobra montada pelo governo e pela oposição, para desativar o levante de massas de 2019, e oxigenar o regime político, só confundiu e distraiu um setor da vanguarda, que se entusiasmou com a possibilidade de dar uma solução institucional à rebelião popular e à fenomenal crise política, que se abriu e que não pôde ser fechada.

Não se pode dizer que os opositores ou independentes eleitos como constituintes representem a revolta de outubro de 2019. Visto que o processo constituinte resultou do levante, mas para amputá-lo. Não se pode perder de vista o objetivo da manobra, da armadilha, de desviar as massas de sua luta e ajudar o Estado. Embora muitos dos eleitos tenham participado da rebelião.

Não se deve esquecer que a lei que convoca a Assembleia Constituinte estabeleceu, claramente, quais são os limites que terá a “nova” Constituição. Que deve respeitar as grandes imposições do capital financeiro e dos monopólios sobre o país.

Não pode haver uma Constituição que concilie os antagonismos irreconciliáveis que existem na sociedade. Não será capaz de resolver as principais contradições. O chamado consenso é uma mentira. Só pode haver uma nova Constituição, quando o proletariado acabar com a grande propriedade, por meio da revolução social. Qualquer reforma que se faça, respeitará o essencial das imposições neoliberais.

No entanto, esta Assembleia Constituinte não poderá deixar de ser uma caixa de ressonância da fenomenal crise política que se vive, ainda que a classe operária, com a sua política, com a sua estratégia, não esteja presente em seu seio.

O resultado da votação, tanto golpeia e humilha o oficialismo, quanto a “oposição”. A oposição que governou e legislou durante 30 anos, respeitando o mandato pinochetista, também foi golpeada. A poderosa Democracia Cristã somente terá dois legisladores. Evidentemente, destaca-se a enorme derrota da direita que, com 21% dos votos válidos, não atinge a pretensão de alcançar um terço, para exercer o poder de veto sobre a redação dos artigos. E, também, se destaca sua derrota nas eleições para governadores, prefeitos e vereadores.

A novidade do caráter paritário da Constituinte entre mulheres e homens não poderá resolver a libertação da mulher e o fim de sua opressão. Isso porque são tarefas que não podem ser resolvidas por meio de leis ou de constituições. Somente serão resolvidas por meio da revolução social, que coloque fim às causas da opressão e violência contra a mulher.

Os artigos consagrados aos direitos democráticos da mulher não poderão ser garantidos, se não se arranca o mal pela raiz da sociedade de classe. Diremos que, se é novidade que

tornará mais visíveis as reivindicações das mulheres, afirmamos que não poderá resolvê-las. Não haverá “uma democracia paritária, inclusive deliberativa, que garanta a soberania das pessoas sobre seus projetos de vida”, no marco do capitalismo em decomposição.

Também é novidade a quantidade de “independentes” eleitos. É apenas uma amostra da rejeição de toda a política tradicional. Mais do que isso não se pode dizer, uma vez que não podem constituir-se em um bloco homogêneo. O marco geral de suas posições é de respeito às relações capitalistas de produção. Alguns, que foram protagonistas das lutas, devem aproveitar seu lugar para denunciar a fraude da Constituinte, transformar sua cadeira em uma tribuna revolucionária, para desmascarar o engano, e começar por ignorar a Lei da convocação. Um papel que só pode ser cumprido por militantes revolucionários, caso contrário, serão arrastados pela manobra. Organizações centristas, que se diluíram naquele espaço, também são responsáveis pelo engano eleitoral, por fomentar ilusões reformistas.

É preciso dizer, com todas as letras, que, para acabar com o pinochetismo de uma vez por todas, é preciso acabar com o domínio colonial do Chile, recuperar recursos e empresas, fazer uma revolução social, impor um governo operário-camponês, da maioria oprimida.

A “oposição” ficará sem o argumento de ter de negociar e conciliar com a direita, porque não terá mais peso na Constituinte. Portanto, o texto que aprovar será de sua responsabilidade, assim como dos “independentes”, que foram eleitos em grande parte.

Mostrará até onde vai sua incapacidade de propor e impor outro regime político, de conquistar a soberania econômica e política. Para garantir a autodeterminação do povo Mapuche. Para desarmar o aparato repressivo de Pinochet.

Quando se diz “o Chile inicia seu caminho para uma nova Constituição”, as correntes de esquerda escondem o conteúdo de classe que terá. Esta “nova” Constituição manterá a exploração e opressão da maioria, não tocará na grande propriedade dos meios de produção, dos rios, dos mares e das minas. Um punhado de famílias proprietárias do país pode ter seus rendimentos afetados, mas sua propriedade não está em risco. Dizer que a “esquerda triunfou” ou o que teve um “avanço histórico da esquerda”, pode dar lugar a engano ou a confusão, pois, é preciso alertar que esses constituintes respeitarão o regime da grande propriedade privada. Acabar com o neoliberalismo é acabar com as bases materiais desse poder econômico. A maioria dos constituintes eleitos pelos partidos fez parte do regime político desses 30 anos. Os “independentes” não se manifestaram a favor de uma estratégia política contrária.

É uma armadilha pedir que a Constituinte “se declare soberana”. Alertamos que não poderá ser soberana, porque está disciplinada pela Lei que a convocou, pois, não poderá colocar as forças repressivas sob seu comando, porque o regime de grande propriedade continuará prevalecendo. Basta de enganos!

É um fato notável que Irací Hassler, um jovem “comunista”, tenha triunfado na Prefeitura de Santiago, bem como a vitória esmagadora de Daniel Jadue, prefeito “comunista” da comuna da Recoleta, ao norte de Santiago, que chegou a 65% dos votos. Também é notável as vitórias de inúmeros candidatos considerados de “esquerda”. Expressa a bancarrota da direita e de seu regime político. No entanto, é necessário insistir repetidamente que esta esquerda também governou e co-governou durante 30 anos, que não é a portadora de uma transformação radical da sociedade, que é herdeira política da Frente Popular, responsável pela trágica derrota de 1973. E o Partido Comunista teve um claro papel contrarrevolucionário. Sua política é a de alimentar as ilusões na democracia burguesa, e assegurar que se mantenha o regime de exploração. Esse é o papel do estalinismo nos governos da América Latina, que os apoia ou integra.

Mas é especialmente notável que venceu a mapuche Francisca Linconao, que esteve presa. Poderá ser a porta-voz da luta histórica de seu povo e da reivindicação de autodeterminação nacional. No entanto, nesse marco, as reivindicações históricas não podem ser resolvidas.

É preciso dizer, com todas as letras, que, para acabar com o pinochetismo de uma vez por todas, é preciso acabar com o domínio colonial do Chile, recuperar recursos e empresas, fazer uma revolução social, impor um governo operário-camponês, da maioria oprimida. Que, uma vez conquistado o poder, será ditada uma nova Constituição, que refletirá a mudança fundamental na sociedade, que os meios de produção serão sociais (de todos em geral e de ninguém em particular). Que poderá decidir como organizar o governo, que expresse as assembleias populares, que realmente expresse a rebelião de 2019. Essa política é aquela que expressa conscientemente a vontade de mudança e transformação da sociedade, e não uma mera maquiagem.

Devemos resgatar todos os ensinamentos da trágica experiência da Frente Popular de Allende, que abriu caminho para a terrível derrota popular, cujas consequências se vivem hoje, para não repetir os erros.

Não há como reformar o capitalismo. Aqueles que estão entusiasmados com este processo constituinte ficarão frustrados.

Aproveitamos a discussão aberta para introduzir esse balanço, para fortalecer as assembleias, a organização popular, a recuperação dos sindicatos, a ação direta para defender os direitos dos explorados, e derrotar a política repressiva do governo, avançando na resolução da crise de direção revolucionária.

É um grande acerto do Comitê Construtor do POR no Chile ter caracterizado corretamente a manobra da Assembleia Constituinte e seu conteúdo. Essa posição foi compartilhada pelos setores mais combativos da juventude, pelas populações Mapuche, e por numerosas assembleias. Aí se está gestando uma vanguarda revolucionária, desmascarando aqueles que continuam a alimentar ilusões nas leis, nas eleições, nos constituintes, e em todos os meios legais para resolver os graves problemas.

Existem as melhores condições para avançar na construção do Partido Operário Revolucionário, seção do CERQUI. É hora de traduzir em organização as conquistas políticas e teóricas, plenamente confirmadas pela luta de classes.



Órgano central del partido obrero revolucionario



Bolívia

Viva a ocupação da fábrica “San Luis”

1. Os trabalhadores fabris estão cansados de perambular pelos corredores dos tribunais, gastando os poucos centavos que lhes restam nos bolsos, procurando justiça em meio a juízes corruptos, que favorecem os patrões, postergando os processos por anos. Cansados de esperar uma sentença favorável que ordene que o empresário reintegre imediatamente os demitidos, os patrões simplesmente limpam o traseiro com as decisões, usando seu poder econômico. Cansados da passividade dos funcionários do Ministério do Trabalho, que não fazem nada para obrigar os donos das empresas a respeitarem o direito à estabilidade trabalhista, consagrado na Constituição Política do Estado e na Lei Geral do Trabalho.

2. A partir dessa experiência, os trabalhadores estão aprendendo que a solução dos problemas pela via legal não leva a lugar nenhum, que o caminho correto é o da ação direta, o das mobilizações realizadas por nós mesmos, em conjunto. O caminho legal já foi trilhado, tendo, todas as fábricas em conflito, decisões judiciais favoráveis. Agora, o que precisamos é assumir as medidas de fato, para obrigar os patrões a cumprirem fielmente as decisões de reintegração. Os trabalhadores estão convencidos de que somente a mobilização levará à vitória.

3. Agora, mais do que nunca, é necessária a unidade do movimento fabril, dos trabalhadores empregados com os demitidos. Devemos seguir o exemplo dos trabalhadores de San Luis, que ocuparam a fábrica. Não podemos deixá-los sozinhos nesta

luta, logo agora que eles tomaram esta corajosa ação. Se eles forem derrotados, depois seremos nós. Esse é o momento de generalizar a ocupação dos locais de trabalho. Somente uma ação direta coletiva de várias fábricas conseguirá derrotar a patronal e o governo.

Temos de trabalhar para que as fábricas ocupadas comecem a produzir, para impor ao governo a estatização da fábrica, sob o controle operário coletivo. Assim, o Estado deverá garantir o pagamento dos salários. Caso isto não ocorra, deve-se arrancar do governo um investimento inicial e subsídios anuais, até estabilizar e desenvolver a produção.

4. Os dirigentes locais e nacionais têm o dever de se colocar diante dos companheiros de base. Se não fizerem isto, serão julgados como vulgares traidores de seus irmãos de classe. Os ampliados locais e nacionais devem assumir esta linha de ação.

5. Se não houver resposta, as ocupações devem dar um passo adiante, e começar a produzir, exigindo do Estado a sua estatização, que já ocorreu em algumas fábricas, em situações como esta. Para o processo produtivo, somente são necessários três fatores: máquinas, força de trabalho e matérias-primas. Os proprietários não são necessários, só servem para se apropriarem da mais-valia produzida pelo operário.

6. A criação das “empresas sociais” é

uma faca de dois gumes. Quando o empresário tem mais passivos do que ativos, os trabalhadores acabam herdando um cadáver carregado de dívidas. Quando não é assim, o empresário não se declara em crise, requisito para a constituição deste tipo de empresas, que utiliza as demissões para afastar os antigos trabalhadores, e reabrir a empresa com operários jovens, recebendo um salário-mínimo nacional, e sem nenhum direito de tempo de trabalho.

7. Temos de trabalhar para que as fábricas ocupadas comecem a produzir, para impor ao governo a estatização da fábrica, sob o controle operário coletivo. Assim, o Estado deverá garantir o pagamento dos salários. Caso isto não ocorra, deve-se arrancar do governo um investimento inicial e subsídios anuais, até estabilizar e desenvolver a produção.

8. Para acabar definitivamente com a escravidão moderna capitalista, o movimento operário, mineiro e fabril tem de se orientar para o objetivo histórico de classe: sepultar a sociedade capitalista e o império da grande propriedade privada sobre os meios de produção, e construir uma sociedade sem explorados e exploradores – o socialismo.

9. De imediato, elaborar uma plataforma de reivindicações de todas as fábricas que estão ou não em conflito, para unificar a luta, condição necessária para a vitória final.

(Extraído do Jornal Massas n. 2.652, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Equador - Lasso assume a presidência **O novo governo é a criatura política** **da desagregação do nacional-reformismo**

Em 24 de maio, assumiu Guillermo Lasso, como presidente do Equador. Venceu com 52,8% dos votos, contra 47,5% do candidato Andrés Aráuz, afilhado do ex-presidente Rafael Correa.

Lasso foi presidente da Associação de Companhias Financeiras do Equador, e vice-presidente da Associação de Bancos Privados do Equador. Trata-se de um representante orgânico da burguesia semicolonial. O programa de governo está orientado a continuar a linha das contrarreformas e ajustes, reforçar as alianças políticas com governos direitistas do continente, e reatar laços mais estreitos com o imperialismo norte-americano – plano esse iniciado pelo ex-presidente, Lênin Moreno.

Na posse de Lasso, tiveram participação destacada, representantes dos Estados Unidos, o presidente da Colômbia (Iván Duque) e do Brasil (Jair Bolsonaro). Também Leopoldo López, do partido Primeiro Justiça, partido venezuelano no qual milita Juan Guaidó, que organizou os protestos da direita, as medidas intervencionistas e as tentativas golpistas contra Maduro, nos últimos anos. Esse seleto grupo de direita pró-imperialista deu bem a medida do que será o governo do capitalista Lasso.

O plano de governo e os representantes destacados na posse deram uma clara mensagem de ruptura

com os governos nacional-reformistas, ainda em pé (Argentina, Venezuela e Bolívia), e de integração das tendências reacionárias da política burguesa na América Latina.

A vitória da reação frustrou as pretensões do correísmo (UNES), de aproveitar a impopularidade de seu ex-filiado Moreno – que enfrentou uma revolta popular em fins de 2019 – para retornar ao poder de Estado. Destaca ainda o fato do partido Pachakutik (indígena), que liderou os protestos de outubro e novembro de 2019, se colocar como base parlamentar do governo de Lasso.

O nacional-reformismo demonstrou-se esgotado. É um claro sintoma da incapacidade do nacional-reformismo de superar o atraso, romper com a opressão nacional, democratizar o Estado e transformar o capitalismo com medidas assistencialistas e reformas ultralimitadas. Os nacional-reformistas, devido à sua impotência, nas condições de desintegração do capitalismo, acabam servindo de bloqueio às tendências de luta das massas. Foram responsáveis pela abertura de passagem aos governos reacionários e fascizantes. O governo de Evo Morales, na Bolívia, acabou abandonando a presidência, pressionado pela revolta de uma importante parcela das massas pequeno-burguesas. No Brasil, um golpe de Estado institucional derrubou o governo de Dilma Rousseff. Esse percurso, no Equador, sur-

giu no seio do organismo político decomposto do nacional-reformismo, quando da eleição de Lênin Moreno. Esse assumiu o programa das contrarreformas antinacionais e antipopulares, permitindo desse modo uma transição ordeira do poder ao banqueiro Lasso.

Está aí o resultado da incapacidade do levante operário e popular de 2019 abrir caminho à luta revolucionária das massas. A ausência da direção revolucionária impediu que as tendências instintivas e radicalizadas de luta se expressassem em um programa e uma estratégia própria de poder. Finalmente, se impôs um refluxo, e se fortaleceram as ilusões democrático-burguesas.

Toda e cada experiência das massas com o nacional-reformismo, em qualquer país do continente, deve servir à vanguarda com consciência de classe, para ajudar os explorados a se libertarem da política de conciliação de classes, que acaba servindo de sustentação da governabilidade burguesa, inclusive da direita e ultradireita, que passam à ofensiva contra as massas. Daí a importância da luta por abrir caminho à recuperação das forças operárias e populares, e desenvolver os métodos da luta de classes. A conquista da independência política do proletariado exige empunhar o programa da revolução e ditadura proletárias, e construir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

O cessar-fogo na Palestina

Combater as manobras imperialistas com o programa e métodos da luta de classes

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, no dia 25 de maio, visitou o Egito para pedir ao presidente Abdel Fattah el-Sisi que garanta o cessar-fogo entre Israel e Hamas. Não é a primeira vez que uma visita de um representante do imperialismo ao Egito vem logo depois de um massacre dos palestinos. O imperialismo, como já o fez antes, na verdade, está exigindo que se ampliem os controles fronteiriços, para frear o fluxo de apetrechos bélicos à resistência palestina.

A mesma estratégia foi implementada no dia 26 de maio, quando Blinken reuniu-se com o rei Abdullah II da Jordânia. Isso, depois de ter acertado com os primeiros-ministros de Israel, Benjamin Netanyahu, e da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, que controla Cisjordânia. Não foi surpresa a exclusão do Hamas das negociações, uma vez que o imperialismo não negocia com “organizações terroristas” (uma falsa caracterização da resistência palestina). O certo é que significou ignorar as principais vítimas do genocídio sionista, e desconhecer o Hamas como legítimo governo regional, eleito democraticamente para governar a Faixa de Gaza.

Como complemento dessas negociatas diplomáticas, vieram as promessas de volumosas “ajudas financeiras”. Segundo confirmou Blinken, Joseph Biden comprometeu-se a emprestar à Cisjordânia US\$ 75 milhões, em assistência econômica, neste ano. A visita à Jordânia veio também com o anúncio da transferência de US\$ 32 milhões para a Organização das Nações Unidas (ONU), orientados a ampliar os “programas de assistência” aos refugiados palestinos, deslocados à força para esse país. Prometeram-se ainda US\$ 5,5 milhões, para a reconstrução na Faixa de Gaza, mas com a condição de que sejam controlados pela ANP.

O certo é que, mais uma vez, ao aceitar o papel de serviçal do imperialismo, a ANP joga mais uma pá de cal nos Acordos de Paz de Oslo, de 1993, enterrado desde a sua aprovação na ONU, sob as ordens dos Estados Unidos e apoio à criação de dois Estados. Os palestinos foram colocados sob as botas militares dos sionistas, não tendo como manter seu território, condição para erguer um Estado. A farsa dos dois Estados, no entanto, continua servindo de máscara para o colonialismo sionista.

Os massacres do povo palestino se vêm sucedendo ininterruptamente, há décadas. É a prova de que não haverá paz, nem autodeterminação nacional dos palestinos, enquanto permanecer em pé o capitalismo e a criatura política por ele engendrada: o sionismo. O Estado de Israel nasceu como um enclave artificial, para servir de base territorial à burguesia imperialista dos EUA, volta a impor uma nova partilha do Oriente Médio, no pós-Segunda Guerra Mundial. O expansionismo militar, o colonialismo racista e o terrorismo de características fascizantes dos sucessivos governos sionistas refletem essas condições históricas e sociais. Não por acaso, Israel foi e continua a ser a principal base de operações dos EUA contra os governos e países que resistem ao expansionismo de seus monopólios. O que vem se expondo, à luz dos acontecimentos na Palestina, Iraque, Síria, e o cerco contra o Irã.

Por sua vez, com a tática de corromper a ANP, o governo da Cisjordânia, com milhões de dólares, longe de isolar o Hamas, aca-

ba por comprometer definitivamente essa organização decomposta perante as massas palestinas. É o que se observou, quando dos despejos de palestinos do bairro de Sheikh Jarrah, em Jerusalém, retirados à força de suas casas – e grande parte delas demolidas – para dispor seus terrenos para a construção de novas colônias de judeus. Os palestinos resistiram aos despejos e enfrentaram a repressão e o terrorismo policial do aparelho militar sionista. O Hamas respondeu às agressões, lançando foguetes, o que deflagrou os confrontos que vitimaram mais de 250 palestinos, dentre eles, 66 crianças. A ANP, diferentemente, resmungou impotente, fazendo bravatas de represálias políticas a Israel, enquanto os palestinos eram massacrados, perseguidos e reprimidos brutalmente.

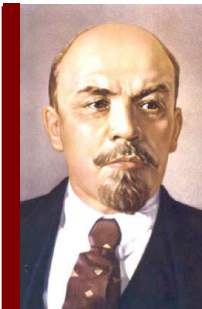
Está claro também que o Hamas não tem como derrotar militarmente o aparelho de guerra sionista, mesmo contando com o apoio das massas palestinas. Somente armando o povo e organizando as guerrilhas, é possível unir os palestinos como uma só força. É o que demonstram as experiências históricas de combate da nação oprimida aos poderosos invasores.

A longa guerra do sionismo para se impor em toda a Palestina demonstra que se derrotará o expansionismo militarista do Estado de Israel com o armamento geral da população e a insurreição dos oprimidos árabes contra seus governos nacionais e o imperialismo. Essa é a via para vencer o colonialismo sionista, derrotar a burguesia judia, e expulsar o imperialismo. O objetivo da resistência armada dos palestinos tem de ser o da destruição do Estado sionista, e constituição de um Estado uno, democrático e socialista.

Eis como os oprimidos palestinos avançarão na tarefa de superar o sectarismo jihadista, e abrir passagem à transição ao socialismo, na qual se constituirão as bases da igualdade entre a população palestina e judia, sem opressão nacional ou de classe.

Em nossos países, ajudaremos a cumprir com essa tarefa histórica, na medida em que a vanguarda com consciência de classe esteja à frente das denúncias ao genocídio e apartheid étnico-racial a que são submetidos os oprimidos palestinos. Ajudaremos na medida em que nos coloquemos nos postos de avançada das convocatórias e da mobilização de massas pela defesa do direito à autodeterminação nacional da nação oprimida e do direito dos palestinos recorrerem a qualquer método a seu dispor para impô-la. Mas, o principal dever de um verdadeiro revolucionário e internacionalista é de batalhar por romper as amarras da conciliação de classes, abrindo o caminho à luta de classes, contra os opressores, em nosso próprio país, erguendo bem alto a estratégia, o programa, a organização e os métodos da revolução e ditadura proletárias.

É batalhando pela recuperação das forças sociais e com a luta da classe operária e dos demais oprimidos, que avançaremos na construção dos verdadeiros partidos marxistas-leninistas-trotskistas, e na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, IV Internacional. É dando passos firmes na superação da crise de direção revolucionária, que será possível confluir o programa e estratégias revolucionárias com as revoltas instintivas das massas, transformando os levantes dos explorados e oprimidos em um passo objetivo na luta pela sua completa emancipação.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas* anterior, concluímos a exposição sobre as divergências em torno ao papel dos sindicatos na organização da indústria. Essa questão fez parte da preparação do X Congresso do PC(b)R, realizado em Moscou, entre os dias 8 e 16 de março de 1921. O IX Congresso, ocorrido no final de março e início de abril de 1920, se deparou com a situação calamitosa da economia em geral e, em particular, da indústria, que foi arruinada durante anos da guerra imperialista e da guerra civil. A pobreza e miséria das massas repercutiam duramente na política do Estado operário, nas organizações soviéticas e, inevitavelmente, no partido comunista.

A oposição contrarrevolucionária, encarnada pelos socialistas revolucionários e mencheviques, que passaram à condição de serviçais diretos das forças restauracionistas, aproveitava dos obstáculos que se interpunham ao processo de transição do capitalismo para o socialismo, para combater a ditadura do proletariado. Nesse marco, as tendências sindicalistas e anarcosindicalistas se ergueram, como desvios pequeno-burgueses da luta por vencer a desorganização econômica, reconstituir a capacidade da grande indústria sobre a base das relações socialistas, e combater a potenciação do camponês rico. A revolta dos marinheiros de Kronstadt, motivada por direções anarquistas e apoiada, principalmente, pelos socialistas revolucionários, em 1 de março de 1921, refletiu a desintegração econômica e a urgente necessidade de superar a economia de guerra, passando para uma economia pacífica.

Eis por que três foram os pontos centrais do X Congresso: 1) mudança na política econômica; 2) decisão sobre os sindicatos; 3) fracionamento partidário. Participaram do Congresso, 732.521 membros do partido; com 697 delegados com voz e voto; e 296, apenas com direito à voz. Aprovou-se uma pauta extensa: 1) informe do Comitê Central; 2) informe da Comissão de Controle; 3) sindicatos e seu papel na vida econômica do país; 4) República socialista diante do cerco capitalista, o comércio exterior, as concessões; 5) trabalho vinculado ao abastecimento de víveres, a requisição de excedentes e o imposto em espécie, assim como, a crise do combustível; 6) problemas da construção do partido; 7) tarefas atuais do partido quanto ao problema nacional; 8) reorganização do exército e o problema das milícias; 9) Comissão Central de Educação Política, o trabalho de agitação e propaganda do partido; 10) informe do representante do PC(b)R na Internacional Comunista e as tarefas atuais; 11) informe dos representantes do PC(b)R no Conselho Internacional de Sindicatos; 12) eleição

para o Comitê Central, Comissões de Controle e de Revisão.

Lênin abriu o Congresso, mostrando que a III Internacional “deixou de ser uma simples consigna, para se tornar realmente uma organização poderosa, baseada (...) nos principais países avançados”. Referia-se a uma reunião realizada em Moscou, depois do 2º Congresso da Internacional Comunista, de 19 de julho a 7 de agosto de 1920, ficando patente o avanço da construção dos partidos comunistas na Alemanha, França e Itália. O que permitia concluir que a III Internacional passava a ser um importante fator na política mundial. Conclui: “Isso é uma conquista gigantesca, camaradas, que por mais difíceis e penosas que sejam as diversas provas que nos esperam – e não podemos, nem devemos perdê-las de vista –, ninguém poderá arrebatá-la”.

“Camaradas, atravessamos um ano excepcional, nos permitimos o luxo de discussões e controvérsias dentro de nosso partido. Para um partido cercado de inimigos, de inimigos muito fortes e poderosos, que se unem em todo o mundo capitalista, para um partido que carrega responsabilidade sem precedente, este foi um luxo verdadeiramente assombroso”.

Uma segunda constatação de Lênin foi que, depois de três anos e meio de luta contra os inimigos externos e internos, o X Congresso se realizava sem que tivesse as “tropas inimigas, apoiadas por capitalistas e imperialistas de todo o mundo, em território da República soviética”. Essa nova situação se devia “às vitórias do Exército Vermelho durante este ano”. Dessa exposição, Lênin chega à situação do partido. “Camaradas, atravessamos um ano excepcional, nos permitimos o luxo de discussões e controvérsias dentro de nosso partido. Para um partido cercado de inimigos, de inimigos muito fortes e poderosos, que se unem em todo o mundo capitalista, para um partido que carrega responsabilidade sem precedente, este foi um luxo verdadeiramente assombroso”. Lênin se referia às divergências sobre o lugar dos sindicatos na construção do socialismo.

Lênin chama a atenção dos delegados sobre a necessidade do X Congresso aprovar uma linha geral e resoluções que fortalecessem a unidade do partido e superassem as tendências divisionistas. “Nossa tarefa, agora, é mostrar que, ainda que acertada ou desacertadamente, no passado, nos permitimos esse luxo, devemos sair dessa situação, de tal maneira que, tendo examinado com o devido cuidado a extraordinária abundância de plataformas, matizes, pequenos matizes e semi matizes de opiniões, que foram formuladas e discutidas, no Congresso de nosso partido, podemos dizer: de qualquer modo, por muito que a discussão se tenha estendido até agora, por muito que tenhamos travado disputas – e estando diante de tantos inimigos –, a tarefa da ditadura do proletariado em um país camponês é tão imensa e difícil, que não basta a coesão formal (...)”.

Essa foi a linha mestra apresentada por Lênin para um Congresso que iria aprovar resoluções até então desconhecidas na história do bolchevismo, como a proibição de manter frações no interior do partido.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXV, Akal Editor)